CULTURA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA SOCIEDADE INDÍGENA ASSURINI DO TROCARÁ EM TUCURUÍ-PARÁ

Reflexões entre os aspectos jurídicos e a valorização dos saberes tradicionais

Maria Auxiliadora Patrício de Gouveia Almeida
Andrea Silva Domingues



COLEÇÃO
Educação e Cultura
em foco

PPGEDUC UFPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO E CULTURA

Editora do Campus Universitário
do Tocantins/Cametá-UFPA



CULTURA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA SOCIEDADE INDÍGENA ASSURINI DO TROCARÁ EM TUCURUÍ-PARÁ

SENE MORAITAWA KWE MO'ETAWA KA'APEWARA SENE AWYRE RIPE AKWAWA ASURINIA TUKARÁ PÉ TUKURUIA PARA REHE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor
Gilmar Pereira da Silva

Vice-Reitora
Loiane Prado Verbicaro

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Diretor de Pós-Graduação
Marcelo Vallinoto

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS CAMETÁ

Coordenador
Eraldo Souza do Carmo

Vice-Coordenadora
Raquel Maria da Silva Costa Furtado

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA

Coordenadora
Andrea Silva Domingues

Vice-Coordenador
Jorge Domingues Lopes

Secretário
Adenil Alves Rodrigues

CULTURA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA SOCIEDADE INDÍGENA ASSURINI DO TROCARÁ EM TUCURUÍ-PARÁ

Reflexões entre os aspectos jurídicos e
a valorização dos saberes tradicionais

SENE MORAITAWA KWE MO'ETAWA KA'APEWARA SENE AWYRE RIPE AKWAWA ASURINIA TUKARÁ PÉ TUKURUIA PARA REHE

Naihahe eKé a'é semoenawa awaete pé einó
sakwahanwete aré Okwahawete Kwahawete

Maria Auxiliadora Patrício de Gouveia Almeida
Andrea Silva Domingues

Editora do Campus Universitário
do Tocantins/Cametá-UFPA

Todos os textos deste livro estão sob a licença Creative Commons -Atribuição-Não
Obra selecionada e subsidiada pelo Edital institucional PPGEDUC/UFPA nº 3/2025
para concessão de apoio para publicação de livros autorais.

Todos os textos deste livro estão sob a licença Creative Commons -Atribuição-Não
Comercial-Compartilha Igual 4.0 Internacional.

Os conteúdos e as opiniões emitidas nos textos deste livro são de inteira
responsabilidade de seus respectivos autores.

Editores
Jorge Domingues Lopes
Andrea Silva Domingues

Revisão
Rafaele Lima da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca Salomão Larêdo

A447c Almeida, Maria Auxiliadora Patrício de Gouveia
Cultura e Educação Ambiental na sociedade indígena Assurini do Trocará em Tucuruí-Pará: reflexões entre os aspectos jurídicos e a valorização dos saberes tradicionais = SENE MORAITAWA KWE MO'ETAWA KA' APEWARA SENE AWYRE RIPE AKWAWA ASURINIA TUKARÁ PÉ TUKURUIA PARA REHE: Naihahe eKé a'é semoenawa Awaete pé einó sakwahanwete até Okwahawete k wahawete / Maria Auxiliadora Patrício de Gouveia Almeida, Andrea Silva Domingues. _Cametá, PA : Editora do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, 2026.
124 f. : il. , color. _ (Coleção Educação e Cultura em foco)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-88140-29-1
DOI: https://doi.org/10.29327/5797830

1. Sociedade Indígena Assurini do Trocará – Tucuruí (PA) - Educação ambiental. 2. Sociedade Indígena Assurini do Trocará – Tucuruí (PA) – Usos e costumes. 3. Meio ambiente. 4. Cultura. I. Domingues, Andrea Silva. II. Título. III. Série.
CDD 23. ed. – 363.70071

Elaborado por Éder Antônio Sousa Ferreira – CRB-2/1276

Universidade Federal do Pará / Campus Universitário do Tocantins/Cametá
Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura – PPGEDUC
Trav. Pe. Antônio Franco, 2617, Prédio Orlando Cassique, térreo
CEP 68400-000 Bairro do Matinha Cametá-PA, Brasil
https://ppgeduc.propesp.ufpa.br/
ufpappgeduc@gmail.com

Apresentação

Um Programa de Pós-Graduação em Educação, assim como os das demais áreas do conhecimento humano, cumpre seu papel ao formar pesquisadores capazes de conduzir, com autonomia, originalidade e ética estudos sobre os temas que lhes são relevantes e a missão do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC), da Universidade Federal do Pará (UFPA) é "produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia, formando e titulando pesquisadores e profissionais da educação de forma crítica e comprometida com a construção de uma sociedade democrática e inclusiva", pois seu projeto pedagógico é norteado nas interações entre Educação e Cultura, visando desenvolver profissionais da educação e pesquisadores, de maneira crítica e comprometida com a construção de uma sociedade democrática, inclusiva e equitativa na área de concentração em Educação e Cultura com ênfase na formação humana e acadêmica, em âmbito global. Neste contexto, o PPGEDUC promove o desenvolvimento profissional de educadores e gestores; para que possam atuar em todos os níveis do sistema educacional local, nacional, regional e internacional.

Assim, é fundamental que os resultados de pesquisas orientadas no âmbito desses Programas alcancem o máximo de visibilidade, permitindo que esses conhecimentos cheguem ao público em geral e, principalmente, aos pares, que poderão avaliar e conduzir a devida crítica acadêmico-científica sobre os novos saberes que se apresentam.

É com essa perspectiva que o Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC), da Universidade Federal

do Pará (UFPA), lança a Coleção Educação e Cultura em foco, da qual este livro é parte.

Portanto, o PPGEDUC/UFPA, ao promover o Edital nº 3/2025 para concessão de apoio para publicação de livros autorais, cumpre o seu papel de formar e difundir o resultado dos estudos na área da Educação, conduzidos por professores e professoras associados ao Programa, junto com seus respectivos orientandos de dissertação.

Agradecemos a todos os(as) docentes que atenderam ao chamado de nosso edital e incentivaram seus orientandos egressos a participarem em conjunto desta publicação. Também agradecemos ao apoio institucional da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP/UFPA), por meio dos contínuos subsídios ao nosso Programa, e ao apoio da Biblioteca Setorial do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, pelos registros de normalização desta obra.

Profa. Dra. Andrea Silva Domingues
Prof. Dr. Jorge Domingues Lopes

Sumário

ESFORÇOS E COMPROMISSOS DAS SOCIEDADE INDÍGENAS EM PROMOVER A SUSTENTABILIDADE E A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL **9**

INTRODUÇÃO **14**
INSPIRAÇÃO E MOTIVAÇÃO 15

I - DIALOGANDO CULTURA, EDUCAÇÃO E MEMÓRIA **19**
A PRÁTICA DA HISTÓRIA ORAL COM COMPROMISSO SOCIAL 22

II. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E LEGISLAÇÃO **28**

III. HISTÓRIA, CULTURA E EDUCAÇÃO NA ALDEIA ASSURINI DO TROCARÁ **46**
SÍNTESE HISTÓRICA ACERCA DA SOCIEDADE INDÍGENA ASSURINI DO TROCARÁ 46

IV. ESPAÇOS ESCOLARES E NÃO ESCOLARES NA ALDEIA ASSURINI DO TROCARÁ **61**
Escola Indígena Wararawa Assurini 65

V - EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PRÁTICAS DE LINGUAGEM E SABERES TRADICIONAIS **76**

CONSIDERAÇÕES FINAIS **96**

REFERÊNCIAS **99**

ÍNDICE REMISSIVO **105**

SOBRE AS AUTORAS **107**

CONSELHO EDITORIAL DA EDITORA DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ-UFPA

Profa. Dra. Benedita Celeste de Moraes Pinto
Universidade Federal do Pará – UFPA (Brasil)

Prof. Dr. Cézar Luís Seibt
Universidade Federal do Pará – UFPA (Brasil)

Profa. Dra. Débora Raquel Hettwer Massmann
Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Brasil)

Profa. Dra. Dora Lilia Márquez Delgado
Universidad de Pinar Del Rio – UPR (Cuba)

Prof. Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues
Universidade Federal do Pará – UFPA (Brasil)

Prof. Dr. Edir Augusto Dias Pereira
Universidade Federal do Pará – UFPA (Brasil)

Prof. Dr. Eraldo Souza do Carmo
Universidade Federal do Pará – UFPA (Brasil)

Prof. Dr. Fabrício de Souza Farias
Universidade Federal do Pará – UFPA (Brasil)

Profa. Dra. Gilcilene Dias da Costa
Universidade Federal do Pará – UFPA (Brasil)

Prof. Dr. Isaac Pedro Vieira Paxe
Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda (Luanda)

Prof. Dr. Jesus Jorge Perez Garcia
Universidad de Pinar Del Rio – UPR (Cuba)

Prof. Dr. João Batista do Carmo Silva
Universidade Federal do Pará – UFPA (Brasil)

Prof. Dr. Jorge Domingues Lopes
Universidade Federal do Pará – UFPA (Brasil)

Prof. Dr. Júlio Roberto Soares da Silva
Universidade Federal do Pará – UFPA (Brasil)

Profa. Dra. Kelli Garboza da Costa
Universidade Federal do Pará – UFPA (Brasil)

Profa. Dra. Kimi Aparecida Tomizaki
Universidade de São Paulo – USP (Brasil)

Prof. Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (Brasil)

Profa. Dra. Monica Graciela Gatica
Universidad Nacional de la Patagonia (Argentina)

Prof. Dr. Robson Laverdi
Universidade Federal de Ponta Grossa – UEPG (Brasil)

Profa. Dra. Waldenira Mercedes Pereira Torres
Universidade Federal do Pará – UFPA (Brasil)

Esforços e compromissos das sociedade indígenas em promover a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental

É com alegria e honra que recebi o convite para prefaciar a presente obra, intitulada *Cultura e Educação Ambiental na Sociedade Indígena Assurini do Trocará em Tucuruí-Pará: reflexões entre os aspectos jurídicos e a valorização dos saberes tradicionais*, de autoria das professoras Maria Auxiliadora de Gouveia Almeida e Andrea Silva Domingues, pesquisadoras dos Grupos de Pesquisa**:** Discurso, Sentido, Sociedade e Linguagem (DISENSOL); História, Educação e Linguagem na Região Amazônica (HELRA/UFPA) & Quilombos e Mocambeiros: história da resistência negra na Amazônia (QUIMOHRENA/UFPA),todos inscritos no diretório dos grupos de pesquisa do CNPq. A obra em questão objetiva compreender como a questão da educação ambiental é abordada na sociedade Assurini, tanto em ambientes escolares, quanto não escolares. Na perspectiva de entender "como a educação ambiental se manifesta em diversos espaços de ensino não formal, considerando os conhecimentos tradicionais como um meio de resistência, e analisar os impactos e contribuições dessa abordagem para a sustentabilidade, na prática".

A escrita deste livro representa a tomada de consciência das autoras em relação as causas indígenas, principalmente, no que diz respeito a educação ambiental, vinculada ao direito dos povos indígenas. Levando em consideração que áreas consideráveis de territórios habitados por populações indígenas possuem relação com áreas de proteção ambiental. Sem, contudo, perder de vista que os povos indígenas são participantes fundamentais no que compete a preservação dos recursos naturais, que para as autoras poderia ser mais aproveitado, através da instituição de políticas públicas criadas nesse sentido, mas levando em consideração os conhecimentos e as práticas tradicionais das etnias indígenas brasileiras e todo o

potencial que "os povos indígenas possuem para contribuir com suas práticas tradicionais"

Maria Gouveia Almeida e Andrea Silva Domingues, também, ressaltam a controvérsia que envolve o artigo 231 da Constituição Federal de 1988, que "reforça a importância do respeito aos direitos dos povos indígenas, reconhecendo sua história, cultura e vínculo com as terras tradicionais, e o "marco temporal", uma interpretação jurídica, que defende que "somente teriam direito às terras indígenas aquelas comunidades que estivessem ocupando essas terras em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal." Contudo, a aplicação do "marco temporal" representa limitações aos direitos territoriais indígenas, já que desconsidera suas histórias, culturas e direitos originários sobre as terras. Portanto, restringe a proteção dos direitos indígenas garantidos "pela Constituição Federal e pode contribuir para a vulnerabilização e marginalização dessas comunidades, indo de encontro aos princípios de justiça, equidade e respeito à diversidade cultural".

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí, localizada a 30 quilômetros da Terra Indígena Trocará, construída entre os anos de 1975 e 1984, causou mudanças na estrutura sociocultural e econômica nos espaços habitados pelos Assurini, causando desequilíbrios ecológicos, além do aumento da malária, tornando-se preocupação de saúde para essa população indígena. A inundação das plantações de mandioca, milho e outras culturas de subsistência dos Assurini representou "perda impagável para sua segurança alimentar e autonomia econômica". O deslocamento forçado das margens do rio devido à inundação, trouxe consequências negativas para essa etnia indígena, "como exposição a doenças, perda de território, pressões culturais externas, aumento da poluição ambiental, entre outros".

Em tons de denúncias, as autoras narram que a mudança de local da aldeia da população indígena Assurini e a abertura de estradas para facilitar o acesso à cidade "acarretou impactos ambientais, como o aumento da geração de resíduos e a degradação do solo e dos recursos naturais. A intensificação do tráfego de veículos e o aumento do consumo de produtos industrializados podem contribuir para a poluição e a perda da biodiversidade na região".

As professoras Maria Gouveia Almeida e Andrea Silva Domingues, reconstituem "memórias dos sábios Assurini, que evidenciam a importância de considerar os impactos socioambientais das grandes obras de infraestrutura, como hidrelétricas", sobre as sociedades tradicionais, como as indígenas, destacando "a necessidade de uma abordagem mais justa, participativa e sustentável na implementação de projetos que afetam diretamente essas populações".

Da mesma forma, analisam pertinente criticamente a construção da Rodovia Transcametá (BR-422), na década de 1970, que atravessou a Terra Indígena Trocará, passando a "ser o principal meio de transporte de madeira na região, aumentando a vulnerabilidade do território a invasões e desmatamento. É essencial considerar não apenas os aspectos logísticos e de infraestrutura, mas também os impactos sociais, ambientais e culturais decorrentes desse empreendimento, especialmente sobre populações vulneráveis e tradicionais".

Por outro lado, as autoras ressaltam que a concepção de espaços escolares na Educação Escolar Indígena deve ser pensada de forma a promover a igualdade de oportunidades, o respeito à diversidade e a valorização das identidades culturais, que reconheça a pluralidade de saberes e experiências, visando criar condições para uma interação mais equitativa e enriquecedora entre os diferentes grupos sociais. Contribuindo, desta forma, "para a construção de uma sociedade mais justa e democrática". Uma vez que, tanto os espaços escolares, quanto os não escolares desempenham papéis cruciais na promoção da Educação Ambiental e na transição para práticas agrícolas mais sustentáveis. Segundo defendem as autoras, "a integração de saberes tradicionais, científicos e práticas agroecológicas em diferentes contextos educacionais contribui para uma compreensão mais ampla e holística da relação entre seres humanos e meio ambiente, visando a construção de sociedades mais conscientes e engajadas na preservação do planeta".

A Escola Wararawa Assurini, ponto de referência na aldeia Trocará, além de um local de ensino, é também um "espaço de fortalecimento da identidade cultural, da língua nativa e das práticas tradicionais dos Assurini. Os professores, tanto indígenas, quanto

não indígenas, desempenham um papel fundamental na transmissão de conhecimentos e na promoção do respeito à diversidade étnica e cultural". Maria Gouveia Almeida e Andrea Silva Domingues ressaltam que essa escola indígena é exemplo de como as sociedades indígenas estão trabalhando para preservar sua cultura e língua por meio da educação. "Ela desempenha um papel vital na garantia de que as gerações futuras dos Assurini possam manter suas tradições vivas, enquanto se preparam para enfrentar os desafios do século XXI".

No mesmo sentido, os espaços não escolares da aldeia Trocará, servem como locais de lazer e aprendizado para a aplicação da educação ambiental. Uma vez que, "além das salas de aula, o povo Assurini possui práticas culturais, que promovem a conscientização e a preservação do meio ambiente. Tais "espaços contribuem para a educação ambiental e como o diálogo entre diferentes contextos fortalece o aprendizado e a sustentabilidade na aldeia. Os rios e igarapés que cortam a aldeia não são apenas fontes de água, mas também espaços de aprendizado e preservação ambiental". Uma vez que os Assurini utilizam esses "recursos hídricos para atividades cotidianas, como banho, lavagem de roupa e pesca".

É através do diálogo com os mais velhos, os sábios do povo Assurini, que as crianças aprendem sobre a importância de manter a água limpa e livre de poluição, garantindo a saúde dos ecossistemas aquáticos e a segurança alimentar dessa sociedade.

Assim, as autoras mencionam que "ao integrar o igarapé preservado como um espaço de aprendizado e vivência da natureza, a sociedade indígena fortalece os princípios da educação ambiental, promovendo a consciência ecológica, o respeito pela biodiversidade e a responsabilidade coletiva na conservação do meio ambiente. Essa relação simbiótica entre o igarapé e a sociedade indígena exemplifica como a educação ambiental não se limita às salas de aula, mas se estende a todos os aspectos da vida cotidiana, inspirando ações concretas em prol da sustentabilidade e do equilíbrio ambiental".

A floresta e as áreas verdes ao redor da Aldeia, também se constituem como espaços de convivência e conexão com a natureza. Onde os Assurini que "realizam atividades como coleta de

frutas, plantio de alimentos e práticas de caça e pesca sustentáveis. O diálogo intergeracional é fundamental nesses espaços, pois os mais velhos compartilham conhecimentos tradicionais sobre o manejo sustentável dos recursos naturais, respeitando os ciclos da natureza e evitando a exploração predatória".

As autoras Maria Gouveia Almeida e Andrea Silva Domingues defendem na presente obra, que educação ambiental, ao ser integrada no cotidiano das crianças indígenas Assurini, contribui para a formação de indivíduos conscientes de sua responsabilidade na conservação do meio ambiente. Através de práticas educativas que valorizam os conhecimentos tradicionais, a sustentabilidade e a interdependência entre os seres vivos, as crianças são incentivadas a desenvolver um olhar crítico e ativo em relação às questões ambientais. É neste processo de conscientização ambiental, como ferramenta essencial para manter pessoas, jovens, alunos(as) atualizados(as) e preparados(as) para desempenhar papéis ativos na preservação ambiental no presente e no futuro, que com honradez convido você, caro(a) leitor(a) para saborear as páginas deste livro, de autoria das professoras Maria Gouveia Almeida e Andrea Silva Domingues, na perspectiva de compreender melhor os esforços e compromissos das sociedade indígenas em promover a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental entre as gerações mais jovens.

Prof[a]. Dr[a]. Benedita Celeste de Moraes Pinto
FACHTO-PPGEDUC/UFPA-Cametá
Líder dos Grupos de Pesquisa Helra & Quimohrena

INTRODUÇÃO

Este livro se propõe a investigar as diversas formas pelas quais os indígenas interagem com o ambiente natural, com o objetivo de compreender as perspectivas culturais e educacionais relacionadas à natureza, bem como as questões de Educação Ambiental e sustentabilidade dentro da sociedade Assurini do Trocará, localizada em Tucuruí, Pará.

O objetivo geral desta obra consistiu em examinar e compreender como a questão da Educação Ambiental é abordada na sociedade indígena, tanto em ambientes escolares quanto não escolares. Nesse contexto, também buscamos compreender como a Educação Ambiental se manifesta em diversos espaços de ensino não formal, considerando os conhecimentos tradicionais como um meio de resistência, e analisar os impactos e contribuições dessa abordagem para a sustentabilidade, na prática.

O texto em comento está enraizado em uma abordagem teórica que se baseia na perspectiva da histórica social e da educação crítica. Para embasar essa abordagem, foram trazidos para o diálogo autores como Hall (2006), para enfatizar a importância da identidade cultural na pós-modernidade, Spivak (2010), para corroborar com a necessidade de criação de políticas públicas efetivas para os "subalternos", adotando a esculta prévia desses indivíduos como meio eficaz para tal fim, Portelli (2010), Thompson (2000), Domingues (2011), e Orlandi (2012), com compromisso social, vem acrescentar à obra na perspectiva da prática da história oral. Dialogamos também com as obras e pensamentos de Ailton Krenak (2019), grande referência, pensador e liderança Indígena, o qual contribui grandemente para embasar as temáticas educação e meio ambiente.

Para construção desta obra além dos diálogos com autores diversos, foi vivenciado e realizado por estas pesquisadoras uma investigação em campo, que se concentrou na aldeia Assurini do Trocará, cuja finalidade foi analisar a interação entre a Educação Ambiental, o Desenvolvimento Sustentável e o papel do conhecimento tradicional indígena na preservação das terras pertencentes à Aldeia Assurini do Trocará.

INSPIRAÇÃO E MOTIVAÇÃO

O grande pensador indígena da atualidade, Ailton Krenak, ficou conhecido pelo seu inesquecível discurso na Assembleia Constituinte de 1987, ocasião em que pintou seu rosto com tinta de jenipapo como forma de demonstrar seu luto pelo retrocesso vivido nos direitos dos povos indígenas. Um dos momentos mais marcantes da vida de Krenak, e também um combustível para esta obra e encanto com a temática, se deu justamente em decorrência desse discurso, o qual teve um impacto significativo na formulação da Constituição Federal de 1988.

> Povo indígena tem um jeito de pensar, tem um jeito de viver. Tem condições fundamentais para sua existência e para a manifestação da sua tradição, da sua vida e da sua cultura que não coloca em risco e nunca colocaram a existência sequer dos animais que vivem ao redor das áreas indígenas, quanto mais de outros seres humanos. Eu creio que nenhum dos senhores nunca poderia apontar atos, atitudes da gente indígena do Brasil que colocaram em risco seja a vida, seja o patrimônio de qualquer pessoa, de qualquer grupo humano nesse país. E hoje nós somos alvo de uma agressão que pretende atingir na essência a nossa fé, a nossa confiança de que ainda existe dignidade, de que ainda é possível construir uma sociedade que sabe respeitar os mais fracos, que sabe respeitar aqueles que não têm o dinheiro para manter uma campanha incessante de difamação (Narrativa de Ailton Krenak na Assembleia Constituinte. Fonte: Trailer do filme Índio cidadão).

Nota-se no trecho acima que Krenak realiza uma conexão acerca do percurso histórico dos povos indígenas com o governo, a sociedade brasileira e suas terras, bem como de suas ações, unindo ao mesmo tempo, as habilidades de superação e oposição das sociedades indígenas, e a urgência de serem reconhecidas e respeitadas em sua condição como sujeitos (ressaltando que até a promulgação da Constituição de 1988, os indígenas estavam sob a tutela do Estado) e em sua singularidade.

O olhar crítico e engajado de Ailton Krenak na defesa dos direitos e da dignidade dos povos indígenas teve um impacto profundo na legislação e nas políticas públicas relacionadas à Educação

Ambiental no Brasil. Sua narrativa inspirou uma reflexão sobre a importância de promover uma relação mais respeitosa e equilibrada entre a sociedade e a natureza, valorizando os conhecimentos e práticas sustentáveis das sociedades indígenas para a construção de um futuro mais sustentável e inclusivo.

Embora os desafios enfrentados pelos povos indígenas no Brasil ainda sejam consideráveis, o discurso de Krenak desempenhou um papel fundamental em chamar a atenção para suas lutas, e serviu como um divisor de águas, que contribuiu para a inclusão de disposições constitucionais que reconhecem e protegem os direitos indígenas e suas terras. A narrativa da liderança indígena foi crucial para a aprovação dos Art. 231 e 232 da Constituição, registrando na Constituinte a denúncia do histórico de genocídio e ataques aos povos indígenas.

> Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para
>
> ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo (Brasil, 1988).

O apelo feito por Ailton Krenak foi eficaz, gerando a ratificação da Constituição de 1988 como um ponto de referência na reformulação do estatuto jurídico dos povos indígenas, os quais passaram a ser sujeitos de direito, tendo na Carta Magna o reconhecimento de seus direitos territoriais, bem como de sua cultura, língua, costumes e maneiras específicas de fazer e viver.

O discurso de um representante indígena, que traz à tona a importância da relação harmoniosa entre os seres humanos e a natureza, sensibiliza e conscientiza a sociedade sobre a necessidade de preservação ambiental e respeito às práticas sustentáveis das sociedades indígenas.

Ao destacar os conhecimentos ancestrais dos povos indígenas

sobre a convivência equilibrada com o meio ambiente, o discurso contribui para a valorização e respeito aos saberes tradicionais, fundamentais para a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

O impacto do discurso de um representante indígena pode e deve influenciar a inclusão de princípios ambientais e de proteção dos direitos indígenas em legislações e políticas públicas, como ocorreu na formulação da Constituição Federal de 1988 no Brasil.

Portanto, o discurso de Ailton Krenak possuiu um papel fundamental na construção da Educação Ambiental, inspirando ações e políticas que visam a proteção do meio ambiente e o respeito às diferentes formas de conhecimento e relação com a natureza.

Como dito acima, esse momento tornou-se um divisor de águas para os povos indígenas, contudo, a narrativa e as práticas pós-Constituição de 1988 corroboram que a situação dessas sociedades, inclusive na interação com os não indígenas, não é estática, e continua bem longe de ser ideal e de ter garantido todos os seus direitos, mas requer constante ativação, reivindicação e investimento em ações. Resistência e batalha estão e estarão eterna e intrinsecamente ligadas a tais iniciativas.Por outro lado, os não indígenas adotaram outra forma de viver, abrindo mão, muitas vezes, da liberdade de estar em contato e em harmonia com a natureza (Krenak, 2019). Uma parte significativa do livro de Krenak (2019) destaca a importância dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, enfatizando que essas culturas têm muito a ensinar sobre a convivência harmônica com a natureza e a preservação do planeta. Krenak (2019) argumenta que é essencial valorizar e respeitar esses conhecimentos como uma fonte valiosa de sabedoria.

O autor indígena não apenas critica a situação atual, mas também oferece ideias e propostas para um futuro mais sustentável. Ele defende a necessidade de repensar nossos valores e práticas, promovendo uma mudança profunda na relação da humanidade com a natureza e com outras culturas. (Krenak, 2019).

Há muito a ser feito, mas, que esse "fazer", deve ser pautado no raciocínio utilizado por Spivak (2010), em sua obra "Pode o Subalterno Falar?", em que esta expõe as dificuldades enfrentadas

pelas populações "marginalizadas", e vai além, partindo do princípio da necessidade de criação de políticas públicas eficazes nesse sentido, porém, antes de tais criações, deve-se ouvir esses povos, e só então, com base nessas explanações reais e específicas acerca de sua realidade e necessidades, é que se deveriam criar as políticas públicas, que só assim seriam capazes de causar efeitos práticos.

Como docentes atuantes na educação do ensino universitário, as autoras desse livro, buscaram trazer à tona temáticas emergentes, no que se refere aos indígenas da cidade de Tucuruí, no Estado do Pará, que vivem a 23 km de distância do centro urbano e assim se fazem presente de diferentes formas no cotidiano da cidade em nosso cotidiano.

Nesse contexto, é necessário ainda trazer à baila a problemática ocorrida em detrimento da construção da Estrada na Rodovia Transcametá, BR422, bem como da construção da Hidroelétrica de Tucuruí e seus impactos aos povos indígenas, o que, entre outras coisas, ocasionou o deslocamento territorial originário dos povos Assurini, e acabou por afetar diretamente diversos aspectos culturais e cotidianos de tais povos, fazendo com que, por exemplo, os indígenas que antes não possuíam contado com os não indígenas, passaram a ter e a frequentar constantemente a cidade, introduzindo assim novos costumes em seu meio. Como consequência disso, pode-se citar a ocorrência do aumento da produção de resíduo sólido e o consequente aumento na degradação ambiental da terra indígena.

E foi partindo do diálogo e das análises profundas relacionadas às divergências no âmbito prático e teórico, que se originou a presente obra, tratando-se de uma temática extremamente relevante especialmente em tempos de COP 30, ou seja, da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas que para o ano de 2025 a sede foi a cidade de Belém, capital do Estado. Buscamos problematizar educação e cultura, e seu funcionamento do e pelo discurso, com relação às questões ambientais, seja partindo da Constituição Federal de 1988, seja com base nas leis esparsas que tratam da temática, associado às entrevistas orais e/ou textuais produzidas por indígenas da Aldeia Assurini do Trocará.

I - DIALOGANDO CULTURA, EDUCAÇÃO E MEMÓRIA

Para a obra aqui desenvolvida, mobilizar dialogar e aprender pela e na linguagem da cultura indígena Assurini do Trocará, os processos educacionais em torno das questões ambientais no espaço escolar indígena e nos espaços não escolares no território da aldeia, fez se fundamental articularmos algumas categorias de análise como cultura, educação e memória.

Na posição de pesquisadoras, educadoras, de profissionais da educação, ativas na sociedade, que constitui memórias e histórias, é que buscamos com este livro auxiliar na construção de outros discursos sobre o sentido da Educação Ambiental na sociedade indígena em um território da Amazônia brasileira no estado do Pará, problematizando os sentidos e importância dos saberes, praticas culturais tradicionais, questionando a emergência de um projeto de educação intercultural no espaço escolar, pois vivemos numa sociedade pós-moderna, na qual os sujeitos "podem ser transformados continuamente em relação às formas pelas quais são representados ou interpelados pelos sistemas culturais que o rodeiam." (Hall, 2006, p. 12-13).

Para melhor interpretação das diferentes linguagens, experiências e formas de vivenciar a Educação Ambiental na formação dos sujeitos Assurini, a cultura se torna uma categoria que permeia todas as outras, afinal:

> Falar de cultura desta maneira tem nos levados a mais uma categoria de extrema importância em nossas reflexões – a experiência social – que nos conduz sempre a considerar que homens e mulheres devem retornar em nossa produção ou interpretação como sujeitos sociais, isto é, como pessoas que experimentaram suas situações e relações sociais como necessidades, interesses e com antagonismos (Fenelon, 2006, p. 7).

Neste contexto direcionamos nosso olhar para a Educação Ambiental dentro da sociedade Assurini, seja na escola Wararawa, ou nos espaços diversos de vivências e saberes da aldeia, atividades não escolares que além de um acontecimento cultural, são uma experiência vivida de geração a geração é um ato social, histórico

e político que se significa por diferentes práticas de se dizer, fazer dentro da aldeia, uma vez que,

> Acima de tudo, como constructos significativos, como formas simbólicas, e a análise da cultura é entendida como a interpretação dos padrões de significado incorporados a essas formas. Mas os fenômenos culturais também estão implicados em relações de poder e conflito. As ações e manifestações verbais do dia-a-dia, assim como fenômenos mais elaborados, tais como rituais, festivais e obras de arte, são sempre produzidos ou realizados em circunstanciais sócio-históricas particulares, por indivíduos específicos providos de certos recursos e possuidores de diferentes graus de poder e autoridade; e estes fenômenos significativos, uma vez produzidos ou realizados, circulam, são recebidos, percebidos e interpretados por outros indivíduos situados em circunstanciais sócio-históricas particulares, utilizando determinados recursos para captar o sentido dos fenômenos em questão (Thompson, 2000, p. 180).

Como as relações de poder e os conflitos estão presentes no fazer viver dos indígenas, na luta pelos seus direitos, como terra, educação, saúde e condições do seu bem viver da forma que desejam e às vezes garantido por lei que a categoria cultura, e memória se fazem presente e articulados com o processo de interpretação das formas de se fazer e de dizer dos sujeitos:

> A cultura não é homogênea e sim heterogênea, os sujeitos são diferentes, somos diferentes, há formas diversas de pensar, agir, viver na e em sociedade. Criar uma cultura nacional é uma forma de manter uma única memória, de se manter o poder e instituir poder, pois ao negar o outro, negamos histórias de vidas, silenciamos memórias, apagamos sujeitos do Brasil, que na verdade são muitos brasis (Domingues; Prestes, 2021, p. 8).

Observa-se que "memória é poder", como nos afirma Domingues, (2017) torna-se um instrumento de disputa, principalmente quando pensamos em educação e cultura, assim, é importante articular a categoria identidade, pois:

> […] o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias,

> empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas […]. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (Hall, 2006, p. 13).

A ideia de que "memória é poder", remete à compreensão de que a memória não é apenas um processo individual de recordação do passado, mas também um instrumento de poder e disputa na construção de entrevistas e identidades coletivas. Nesse sentido, a memória não é neutra, mas sim influenciada por relações de poder, interesses políticos e sociais, e disputas de significados.

Ao considerar a memória como um elemento de poder, é possível compreender como ela é utilizada para legitimar certas narrativas históricas, silenciar outras versões e reforçar determinadas identidades e hierarquias sociais. A memória, portanto, não é apenas um registro objetivo do passado, mas sim uma construção social e cultural que reflete relações de poder e dominação.

No contexto da Educação Ambiental e da relação com as sociedades indígenas, a noção de que memória é poder ganha relevância ao considerar como as narrativas sobre a relação entre os povos indígenas e o meio ambiente são construídas e difundidas.

A memória coletiva dessas sociedades, marcada por saberes tradicionais e práticas sustentáveis, desafia narrativas dominantes que desconsideram muitas vezes ou distorcem esses conhecimentos.

Portanto, ao reconhecer a memória como um instrumento de poder, é fundamental questionar as narrativas hegemônicas, valorizar os saberes locais e tradicionais, e promover uma Educação Ambiental que respeite e integre as diferentes formas de conhecimento e relação com a natureza. Dessa forma, a memória adquire matizes de poder ao influenciar a construção de identidades, relações sociais e práticas educativas que promovam a sustentabilidade e o respeito à diversidade cultural e ambiental.

E é pelo funcionamento da memória, que se significa pela cultura, que poderemos interpretar o sentido e o significado da Educação Ambiental no espaço escolar a partir dos saberes tradicionais, em uma perspectiva histórica e social.

O território indígena sempre se fez na sociedade brasileira um palco de disputa. Discursos de interesses, política e poder, domínio e subordinação tornam-se práticas cotidianas deste espaço, onde a vida cotidiana passa por processos de construção social e de lutas e resistências. Entendendo os espaços escolares e não escolares como um espaço onde o sujeito se constitui de – e – na linguagem, que possui historicidade que compõe a memória é que conduzimos a escrita desta obra autoral.

> A intenção de superar a análise histórica, sob o ponto de vista das totalidades, tem conduzido cada vez mais historiadores à investigação do micro história e ao uso da Análise de Discurso de linha francesa, que propõe a compreensão dos nexos e das relações sociais imbricadas nas formas de significar da atividade humana em todas as suas manifestações. É a partir desta intenção que se fala em totalidade, traduzida na compreensão de novos temas de pesquisa relacionados com as particularidades da vida cotidiana e que vêm sendo discutidos entre analistas de discurso e historiadores (Domingues; Carroza, 2013, p. 8).

Desta maneira, faz-se necessário para a construção coerente da narrativa deste livro e para interpretar nosso conjunto de análises, adotar uma abordagem interdisciplinar e uma perspectiva histórica. Isso implica em desenvolver um olhar político e histórico (Sarlo, 1997) que nos incentiva a nos posicionar como protagonistas diante dos desafios do presente, indo além das ideias preestabelecidas, e reconhecendo as divergências do passado sem marginalizar o outro e suas distintas perspectivas.

A prática da História Oral com compromisso social

Em se tratando de percurso metodológico para constituição dessa obra, as autoras tiveram como foco a prática da História Oral, que é um importante disciplina de interpretação e compromisso social, que nos oportuniza caminhos diversos para a compreensão de

entrevistas orais e interpretações das práticas culturais em torno da Educação Ambiental.

A pesquisa-ação qualitativa etnográfica também foi realizada e adotada pelas as pesquisadoras, a mesma trata-se de uma espécie de abordagem que se faz essencial para investigar fenômenos culturais e sociais que concede a oportunidade de ir além da observação, mas de fato vivenciar as sociedades estudadas na prática, gerando uma visão mais autêntica das experiências culturais.

Além disso, é importante destacar que uma estudo etnográfico vai além da observação, e baseia-se na capacidade de ir além da observação, ocasionando uma compreensão mais profunda e participativa das realidades socioculturais. A pesquisa-ação etnográfica não apenas enriquece o conhecimento acadêmico, mas também promove a aplicação prática e impactos tangíveis.

Atualmente, a abordagem qualitativa é muito utilizada em estudos da área educacional, e é nesse contexto que procederemos a algumas reflexões sobre os elementos essenciais para conduzir uma investigação, pois;

> As alternativas apresentadas pelas análises chamadas qualitativas compõem um universo heterogêneo de métodos e técnicas, que vão desde a análise de conteúdo com toda sua diversidade de propostas, passando pelos estudos de caso, pesquisa participante, estudos etnográficos, antropológicos, etc. (Gatti, 2001, p. 73)

Logo, entende-se que as pesquisas com abordagem qualitativa se conectam com diversos métodos para alcançar seus objetivos, como, por exemplo, a pesquisa etnográfica, a pesquisa-ação, e o estudo de caso.

Com relação à etnografia na área educacional, André (1995, p. 28) explica que a mesma se concentra no processo educativo. Entretanto, uma característica peculiar dessa abordagem é a demanda por um período prolongado de imersão do pesquisador no campo.

Contudo, a prática atual tem se voltado para uma "adaptação da etnografia à educação", buscando viabilizar estudos desse tipo e permitindo ao pesquisador a realização de "observação participante, entrevista intensiva e análise de documentos" em um tempo reduzido no campo.

Ante o exposto, observa-se que a realização desse tipo de pesquisa requer do pesquisador diversas habilidades. Entre elas, pode-se citar a capacidade de estabelecer relações de confiança com os participantes, permanecer aberto à escuta constante, formular novas indagações, familiarizar-se com o contexto em estudo, demonstrar flexibilidade para adaptações quando necessárias, cultivar paciência, tolerar ambiguidades, operar de maneira autônoma, inspirar confiança, exercer autodisciplina, ser sensível tanto aos outros quanto a si, preservar a confidencialidade de informações quando apropriado e realizar ações que promovam a aceitação pelo grupo (Ludke; André, 1986; Alves Mazzotti, 2001b).

Nesse sentido,

> Para realizar-se um estudo etnográfico, é necessário que o investigador vá ao campo onde vivem os sujeitos da ação que se deseja revelar, permanecendo por ali por um tempo prolongado que lhe permita penetrar na vida cotidiana e tornar visíveis os distintos significados e ações que ocorrem em seu interior. (Caldeira, 1995, p. 8)

Por fim, percebe-se a importância da aproximação e do envolvimento do pesquisador com os fatos e o lócus pesquisado, para que ele consiga extrair além das entrevistas feitas por entrevistas, por exemplo, conseguindo uma conexão impar com sua narrativa e com os narradores, trazendo para este livro uma perspectiva e um olhar participativo em todo o processo, por isso a importância das habilidades inerentes ao pesquisador citadas mais acima.

Além do corpus de análise, como os documentos oficiais, ou seja, os discursos legislativos, para melhor compreensão e entendimento dos saberes tradicionais e como estes interagem nos espaço escolar dentro da aldeia referente a temática Educação Ambiental, a prática da História Oral é de suma importância neste estudo que, conforme Domingues (2011), são importantes caminhos para este livro, por evidenciarem e tornarem conhecidas as histórias de populações que sofrem com a opressão e discriminações, e, também, por auxiliarem muitos passos importantes do presente estudo.

Para Portelli (2010, p. 30), a oralidade e a memória desempenham um papel crucial na construção da experiência de aprendi-

zado. Isso se manifesta mediante interações mútuas, uma vez que envolve uma troca de ideias entre as pessoas envolvidas nesse processo. Essa questão assume grande relevância para uma compreensão mais profunda dos significados culturais, políticos e sociais de um grupo.

É imperativo levar em consideração as diversas perspectivas dos indivíduos e, ao mesmo tempo, fomentar a possibilidade de diálogo para facilitar a troca de informações. Dessa forma, é possível formar uma aprendizagem significativa em relação à experiência do outro, desempenhando um papel fundamental nas interações sociais do cotidiano.

A prática da História Oral desta maneira, na realização dos estudos que conduziram a construção desta obra, foi essencial, já que as autoras buscam compreender a Educação Ambiental, articulando cultura e educação, que se dá pela linguagem, pela memória e pelo discurso na sociedade Assurini do trocará, na cidade de Tucuruí, é um caminho de contribuirmos para um projeto de educação que valorize os saberes tradicionais, que busque um diálogo, troca de saberes em espaços escolares e não escolares, pois como nos alerta Thompson (2000), as entrevistas pessoais são valiosas fontes primárias que podem enriquecer nossa compreensão da história, proporcionando uma dimensão humana e subjetiva aos eventos históricos.

Neste sentido, foram realizadas na presente obra, entrevistas com o Cacique da Aldeia, um sábio ancião, e professores indígenas. As entrevistas foram transcritas na íntegra e analisadas com auxílio do referencial teórico-metodológico utilizado. Para Thompson (1992), a entrevista é um dos recursos de coleta de dados, essencial para se compreender qualquer objeto.

Logo, a História Oral como compromisso social desempenha um papel importante em ampliar a compreensão da história e da sociedade, desafiando narrativas dominantes e destacando as experiências daqueles que muitas vezes são esquecidos. Ela enfatiza a importância da diversidade de vozes na construção do conhecimento histórico e na promoção da justiça social.

A História Oral como compromisso social é uma abordagem de pesquisa que valoriza as vivências pessoais, as experiências in-

dividuais e coletivas dos sujeitos para uma melhor compreensão da sociedade.

Desta maneira, preocupadas com a ética da História Oral, nossas entrevistas aconteceram dentro da mais estrita transparência e legalidade, onde utilizamos carta de cessão e termo de consentimento informado, que nada mais é do que um documento utilizado em pesquisas científicas para informar os participantes sobre os objetivos, procedimentos, possíveis riscos e benefícios da pesquisa, garantindo que sua participação seja voluntária e baseada em um entendimento claro do que está envolvido.

Os participantes, colaboradores e parceiros ativos desta obra, assinaram o termo indicando que concordam em participar dos escritos desse livro de forma consciente e voluntária, sem qualquer forma de coerção. É uma prática ética fundamental em estudos envolvendo seres humanos, assegurando o respeito à autonomia e à dignidade dos participantes, bem como o termo de consentimento de ingresso na terra indígena, que é uma forma de respeitar a autonomia e os direitos das sociedades indígenas sobre seus territórios, garantindo que a esta obra seja realizada de forma ética e conforme os protocolos e valores culturais locais.

Ainda compartilhamos na íntegra a transcrição das entrevistas com os entrevistados, para que houvesse o conhecimento e o consentimento dos mesmos a partir do material coletado. Ou seja, são documentos essenciais para preservar os colaboradores da narrativa, e também concretizar a ética da História Oral, na prática.

Tais entrevistas aconteceram com seis indígenas, os quais são professores e lideranças da sociedade indígena Assurini Trocará, sendo eles: Vanderleia Assurini, mulher indígena, casada, cinquenta anos, mãe de quatro filhos, professora de educação física e de língua materna da escola Wararawa formada em educação especial indígena pela Universidade Estadual do Pará, e mestranda, aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, PPGEDUC.

Muretehoa Assurini, trinta e oito anos, casado, pai de quatro filhos, diretor e professor da escola indígena, formado em educação especial indígena pela Universidade Estadual do Pará, e mestrando, aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cul-

tura, PPGEDUC, Inataia Assurini, casado, professor de Ciências da escola Wararawa Assurini, formado em educação especial indígena pela Universidade Estadual do Pará, e mestrando, aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, PPGEDUC.

Wacamuwia Assurini, trinta anos, casado, professor de Geografia da escola Warарara Assurini, formado em educação especial indígena pela Universidade Estadual do Pará, e mestrando, aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, PPGEDUC, Inysanya Assurini, sábio ancião, nascido em Anapú, viúvo, da 75 anos, e o Cacique Pirá Assurini, os quais possuem amplo conhecimento acerca das situações que englobam as diversas temáticas da sociedade, entre elas, Educação Ambiental e cultura, sendo o foco principal deste livro.

Além das narrativas orais no decorrer da escrita desta obra os leitores e leitoras, irão perceber que há um diálogo com os textos legislativos normatizados, buscando um olhar além do oficializado, compreendendo o funcionamento da memória pela e na cultura, como ela se significa no todo, tendo como foco observar a história de baixo para cima (Hobsbaw,2000), ou seja, trazendo para o centro das discussões a sociedade indígena.

II. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E LEGISLAÇÃO

Neste momento nos propomos a dialogar com alguns recortes do discurso legislativo e a importância da Educação Ambiental para a preservação das memórias e saberes tradicionais das sociedades indígenas em espaços escolares e não escolares.

É sabido que no ano de 1500 houve a invasão dos portugueses ao território brasileiro. Inicialmente, faz-se indispensável destacar o fato de que em tal época os indígenas já habitavam o território nacional, fato que destoa da ideia de que os europeus foram os responsáveis pelo descobrimento do Brasil, logo, para não haver negligência no que tange a história indígena, o correto é entender que os europeus invadiram, mas não foram os responsáveis pela descoberta do país (mesmo sendo um discurso que parece óbvio, reafirmamos nessa obra para motivar a não repetição fundadora de um olhar colonial, eurocêntrico). Negligenciar esses aspectos relevantes da história afeta o modo de vida dos povos indígenas.

É perceptível o fato de que a relação entre o meio ambiente e os povos indígenas antes e após a chegada dos europeus em 1500 proporcionou uma quebra violenta na conexão harmoniosa que existia entre os povos indígenas e o meio ambiente. Antes da colonização, os povos indígenas do Brasil mantinham uma relação equilibrada com a natureza, baseada em conhecimentos tradicionais e práticas sustentáveis que garantiam a preservação dos recursos naturais.

Com a chegada dos europeus em 1500, houve uma ruptura significativa nessa relação. Os colonizadores impuseram um modelo de exploração predatória dos recursos naturais, visando principalmente a extração de riquezas para exportação. Isso resultou em desmatamento, poluição de rios, destruição de habitats naturais e impactos ambientais devastadores nas terras habitadas pelos povos indígenas.

Um exemplo emblemático dessa quebra violenta entre os povos indígenas e o meio ambiente com a chegada dos europeus é a exploração desenfreada do pau-Brasil. Os colonizadores portugueses buscavam essa árvore para a extração de sua madeira nobre, sem se

importar com as consequências ambientais ou com as sociedades indígenas que dependiam da floresta para sua subsistência.

Essa exploração predatória e a imposição de um modelo econômico baseado na monocultura e na degradação ambiental foram fatores determinantes para a quebra da harmonia entre os povos indígenas e o meio ambiente.

A resistência e luta desses povos em defesa de suas terras e saberes tradicionais tornaram-se essenciais para a preservação da biodiversidade e para a promoção de práticas sustentáveis em um contexto de degradação ambiental.

Portanto, a chegada dos europeus em 1500 representou não apenas um choque cultural, mas também uma ruptura brusca na relação equilibrada que os povos indígenas mantinham com o meio ambiente, evidenciando a necessidade de reconhecer e valorizar os conhecimentos tradicionais dessas sociedades para uma convivência mais harmônica e sustentável com a natureza.

Objetivando "resgatar" e preservar a harmonia ambiental, são consideradas diversas estratégias para manter o equilíbrio ecológico. Neste momento, a atenção se volta para os saberes tradicionais das sociedades indígenas, devido à sua importância histórica e antropológica na busca por um ambiente balanceado. Os conhecimentos dos povos nativos desempenham um papel crucial na preservação do meio ambiente em equilíbrio e na promoção da diversidade cultural.

Com relação à Educação Ambiental, esta está vinculada ao direito dos povos indígenas, entre outras vertentes, no sentido de que parte considerável das terras habitadas pelos indígenas possuem relação com áreas de proteção ambiental. Além disso, os povos indígenas são participantes fundamentais no que compete a preservação dos recursos naturais, o que poderia ser ainda mais aproveitado através da instituição de políticas públicas criadas nesse sentido, levando em consideração o conhecimento e as práticas tradicionais dos povos indígenas e todo o potencial que eles possuem para contribuir com suas práticas tradicionais.

É importante ressaltar que a Educação Ambiental é um campo de estudo e prática que visa promover a conscientização e ações em

prol da preservação e sustentabilidade do meio ambiente. Quando trazida para o contexto dos povos indígenas, a Educação Ambiental ganha uma dimensão ainda mais significativa, pois essas sociedades possuem uma relação intrínseca e ancestral com a natureza.

Os povos indígenas têm um profundo conhecimento tradicional sobre o meio ambiente, baseado em séculos de convivência harmoniosa com a natureza. Suas práticas e saberes são fundamentais para a preservação dos ecossistemas e para a manutenção da biodiversidade. Portanto, incluir a perspectiva indígena na Educação Ambiental é essencial para uma abordagem mais holística e eficaz.

Além disso, a legislação brasileira reconhece a importância da Educação Ambiental diferenciada para as sociedades indígenas, com ênfase na interculturalidade e no bilinguismo. No entanto, há desafios na efetiva implementação dessas políticas, devido a entraves burocráticos e à falta de discussão e compreensão adequadas.

Ao integrar os conhecimentos tradicionais indígenas com os conceitos da Educação Ambiental, é possível promover práticas sustentáveis, valorizar a diversidade cultural e fortalecer a relação respeitosa entre seres humanos e meio ambiente. Essa abordagem contribui não apenas para a preservação ambiental, mas também para o fortalecimento das identidades e culturas indígenas.

Portanto, a Educação Ambiental contextualizada com os povos indígenas não apenas enriquece o campo da sustentabilidade, mas também reconhece e valoriza a sabedoria ancestral desses povos, promovendo uma visão mais integrada e equilibrada em relação ao meio ambiente.

De acordo com o Princípio nº 22 da Declaração do Rio formada em 1992, cabe ao Estado: “reconhecer e apoiar de forma apropriada a identidade, cultura e interesses dessas populações e sociedades, bem como habilitá-las a participar efetivamente da promoção do desenvolvimento sustentável”.

Essa abordagem reflete um reconhecimento da diversidade cultural e da importância das práticas tradicionais das sociedades locais na preservação ambiental e na promoção de um desenvolvimento sustentável. Ao envolver e capacitar essas populações, o

Estado pode garantir que as políticas e práticas de desenvolvimento sejam culturalmente sensíveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis.

O Princípio nº 22 da Declaração do Rio enfatiza a necessidade de uma abordagem holística e integrada para o desenvolvimento sustentável, que leve em consideração não apenas os aspectos ambientais, mas também os aspectos sociais, culturais e econômicos, garantindo a participação e o apoio efetivo das populações tradicionais nesse processo.

É oportuno explicar que a Declaração do Rio de 1992, também conhecida como a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi um documento adotado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em junho de 1992. A conferência ficou conhecida como a Cúpula da Terra ou Rio-92.

A Declaração do Rio de 1992 é um marco importante na história das discussões globais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável. O documento aborda uma ampla gama de questões relacionadas à proteção ambiental, ao desenvolvimento econômico e social e à promoção da sustentabilidade ao nível global.

Alguns dos princípios fundamentais da Declaração do Rio de 1992, incluem o reconhecimento da interdependência entre os seres humanos e o meio ambiente, a necessidade de proteger e preservar os recursos naturais para as gerações presentes e futuras, e a importância da participação e cooperação internacional para enfrentar desafios ambientais globais.

Além disso, a Declaração do Rio de 1992, estabelece uma série de princípios e diretrizes para orientar as políticas e práticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável, incluindo a promoção da participação das comunidades locais, o respeito à diversidade cultural e a integração da proteção ambiental com o desenvolvimento econômico e social.

Em resumo, a Declaração do Rio de 1992, representa um compromisso global com a promoção da sustentabilidade ambiental, social e econômica, e serve como um importante referencial

para a elaboração de políticas e ações em prol do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável em todo o mundo

Noutro giro, porém na mesma ótica, Laraia (1987; 2015), como antropólogo, aborda temas relacionados à diversidade cultural, identidade e relações sociais em suas obras. Portanto, é possível estabelecer uma conexão entre o Princípio n.º 22 da Declaração do Rio e os conceitos antropológicos de Laraia, destacando a importância de compreender e respeitar as diferentes culturas e modos de vida das sociedades locais para promover um desenvolvimento sustentável e socialmente justo.

A interseção entre as ideias do Princípio n.º 22 e os conceitos antropológicos de Roque Laraia pode enfatizar a importância da abordagem interdisciplinar e holística na promoção do desenvolvimento sustentável, integrando conhecimentos científicos, práticas tradicionais e perspectivas culturais para alcançar um equilíbrio entre as necessidades humanas e a conservação ambiental.

Ainda nesse aspecto, a Constituição Federal de 1988, inovou ao tratar de forma precisa sobre o meio ambiente, instituindo um capítulo específico para tal (Título VIII, Capítulo VI, art. 225), e enquadrá-lo à categoria de direito fundamental, além de tratar sobre o assunto em artigos diversos, como, por exemplo, no Art. 23, VI.

Vejamos o que diz o Art. 225, bem como analisemos sua relevância: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (Brasil, 1988).

O Art. 225 da Constituição Federal do Brasil estabelece o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, reconhecendo-o como um bem de uso comum do povo e essencial para a qualidade de vida saudável. Esse artigo reflete a importância da preservação ambiental não apenas para o presente, mas também para as futuras gerações, destacando a responsabilidade do Poder Público e da coletividade em proteger e conservar o meio ambiente.

Tal disposição constitucional ressalta a necessidade de uma atuação conjunta e responsável de todos os setores da sociedade

na promoção da sustentabilidade ambiental. Além disso, ao reconhecer o meio ambiente como um direito fundamental, o artigo 225 reforça a importância da proteção ambiental como um valor intrínseco à dignidade humana e ao bem-estar coletivo.

Faz-se mister refletir acerca da expressão "todos têm" presente no início do artigo 225 da Constituição Federal, que, ao ser analisada sob a perspectiva da Educação Ambiental e da Cultura, especialmente no que diz respeito à sua efetivação e abrangência, nota-se que a linguagem inclusiva utilizada no texto constitucional aponta para a universalidade desse direito, reconhecendo a importância da preservação ambiental para toda a sociedade. No entanto, é importante considerar que a garantia desse direito nem sempre se dá de forma equitativa e efetiva para todos os segmentos da população.

No contexto da Educação Ambiental, a expressão "todos têm" levanta questões sobre a democratização do acesso à informação, à participação e à tomada de decisões relacionadas ao meio ambiente.

Nem sempre todos os grupos sociais têm as mesmas oportunidades de se envolver ativamente na proteção e preservação ambiental, seja por questões de desigualdade socioeconômica, falta de Educação Ambiental adequada ou limitações de acesso a recursos naturais.

Além disso, a dimensão cultural também é relevante nesse debate, uma vez que diferentes sociedades possuem visões, práticas e saberes específicos em relação ao meio ambiente. A diversidade cultural deve ser considerada na promoção de ações de preservação ambiental, respeitando e valorizando os conhecimentos tradicionais e as práticas sustentáveis de povos indígenas e sociedades tradicionais.

Portanto, ao problematizar a linguagem "todos têm" do artigo 225 da Constituição Federal no contexto da Educação Ambiental e da Cultura, é fundamental refletir sobre a necessidade de políticas e práticas que garantam a efetiva participação de todos os segmentos da sociedade na proteção do meio ambiente, considerando as desigualdades sociais, culturais e educacionais existentes.

A promoção de uma Educação Ambiental inclusiva, crítica e sensível às diversidades culturais é essencial para assegurar a preservação ambiental de forma justa e sustentável para as presentes e futuras gerações.

Com relação à competência, o artigo 23 da Constituição Federal diz que: "Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas" (Brasil, 1988).

O Art. 23 da Constituição Federal reforça a importância da cooperação entre os entes federativos na proteção ambiental e na promoção de ações concretas para preservar a qualidade do meio ambiente e assegurar um futuro sustentável para as presentes e futuras gerações. Essa disposição constitucional ressalta a responsabilidade compartilhada entre os diferentes entes federativos na preservação ambiental e na promoção de ações para mitigar os impactos negativos da poluição.

Ao atribuir essa competência de forma conjunta, o artigo 23 reconhece a importância da atuação coordenada e integrada entre os diversos níveis de governo para garantir a efetiva proteção do meio ambiente. Além disso, a menção específica ao combate à poluição em todas as suas formas destaca a necessidade de medidas abrangentes e abrangentes para enfrentar os desafios ambientais contemporâneos.

Com relação à sustentabilidade, entende-se a mesma como um verdadeiro "princípio estruturante" do direito ambiental-constitucional (Canotilho, 2010), porém, é tratada em viés multidimensional e não apenas ambiental (Freitas, 2016, p. 61). Ao mencionar que a sustentabilidade é tratada em um viés multidimensional e não apenas ambiental, ressalta-se a complexidade e a interconexão de diferentes aspectos que envolvem a sustentabilidade.

Isso significa que a promoção da sustentabilidade não se restringe apenas às questões ambientais, mas também abrange aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos, reconhecendo a necessidade de uma abordagem integrada e holística para alcançar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Tal citação destaca a importância da sustentabilidade como um princípio fundamental do direito ambiental, enfatizando sua abordagem multidimensional e a necessidade de considerar diversos fatores para garantir a proteção do meio ambiente e o bem-estar das sociedades presentes e futuras.

Sobre as questões indígenas, a Constituição Federal de 1988 inovou ainda ao quebrar paradigmas relacionados a tais direitos e inclusive dedicou um capítulo específico sobre o assunto (Título VIII, Capítulo VIII, artigo 231 e 232), adequando a realidade multiétnica brasileira, um novo perfil multiculturalista, vejamos: "Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens" (Brasil, 1988).

Percebe-se que o artigo 231 da Constituição Federal do Brasil reconhece e assegura aos povos indígenas diversos direitos fundamentais, incluindo sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. Além disso, o artigo reconhece os direitos originários dos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam, atribuindo à União a responsabilidade de demarcá-las, protegê-las e garantir o respeito a todos os seus bens.

Tal disposição constitucional representa um avanço significativo na proteção dos direitos dos povos indígenas no Brasil, reconhecendo sua identidade cultural, sua relação ancestral com as terras e a necessidade de preservar suas tradições e modos de vida. Ao garantir a demarcação e proteção das terras indígenas, o artigo 231 busca assegurar a segurança territorial e a autonomia desses povos, contribuindo para a promoção da justiça social e da diversidade cultural.

Portanto, o artigo 231 da Constituição Federal reforça a importância do respeito aos direitos dos povos indígenas, reconhecendo sua história, cultura e vínculo com as terras tradicionais, e estabelecendo medidas para proteger e preservar esses direitos para as presentes e futuras gerações.

É pertinente destacar a controvérsia que envolve o dispositivo legal citado acima e o "marco temporal". O "marco temporal" é uma interpretação jurídica que estabelece que somente teriam

direito às terras indígenas aquelas sociedades que estivessem ocupando essas terras em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

Essa interpretação tem sido criticada por diversos setores da sociedade e por organizações de defesa dos direitos indígenas, pois desconsidera a história de violência, deslocamento forçado e expropriação que muitos povos indígenas sofreram ao longo dos séculos.

Além disso, o "marco temporal" não leva em conta a dinâmica histórica das relações dos povos indígenas com suas terras, ignorando suas reivindicações legítimas sobre áreas que tradicionalmente ocupavam, mas que podem não estar sendo ocupadas no momento da promulgação da Constituição.

Portanto, a aplicação do "marco temporal" representa uma limitação aos direitos territoriais dos povos indígenas, desconsiderando sua história, cultura e direitos originários sobre as terras. Essa abordagem restringe a proteção dos direitos indígenas garantidos pela Constituição Federal e pode contribuir para a vulnerabilização e marginalização desses povos indo de encontro aos princípios de justiça, equidade e respeito à diversidade cultural.

Até o momento, o "marco temporal" para demarcação de terras indígenas não foi aprovado como uma regra geral no Brasil. O debate em torno desse tema tem sido intenso e controverso, com diferentes posicionamentos por parte de autoridades governamentais, organizações indígenas, sociedade civil e especialistas em direitos indígenas e ambientais.

Nesse sentido, é importante trazer para o diálogo pensadores como Basso (2014), que ensina que em diversas culturas indígenas a terra desempenha um papel fundamental em suas religiões, sendo considerada inclusive uma entidade divina da qual toda a vida emana.

O pensamento ressalta a profunda conexão espiritual e cultural que muitas etnias indígenas têm com a terra. Para esses povos, a terra não é apenas um recurso natural, mas sim um ser sagrado, uma entidade viva e divina que sustenta toda a existência, é seu corpo. Essa visão vai além de uma simples relação de utilidade ou

propriedade, transcendendo para uma compreensão mais ampla e holística do mundo.

No contexto contemporâneo, essa compreensão indígena da terra como sagrada e vital ganha relevância diante dos desafios ambientais globais, como as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade. A sabedoria ancestral dessas culturas pode oferecer *insights* valiosos para a promoção da sustentabilidade e do respeito ao meio ambiente, inspirando ações e políticas que buscam preservar a integridade e a saúde do planeta.

Portanto, ao reconhecer a terra como uma figura divina e central em seus mitos religiosos, as etnias indígenas nos convidam a repensar nossa relação com o mundo natural, valorizando a interconexão entre todas as formas de vida e a importância de cuidar e proteger a terra para as gerações presentes e futuras.

É oportuno citar que para a maioria das sociedades indígenas, como nos alerta a Prof.ª Dr.ª Ivânia dos Santos Neves (2009, p.124), em sua tese de Doutorado, intitulada "A invenção do índio e as narrativas orais Tupi", não apenas a terra é considerada integrante do conceito de meio ambiente, mas também o universo e suas constelações, que na concepção Tupi, como cita a mesma, possui perspectiva diversa da astrologia "comum".

Neves (2009) explica que a cosmovisão Tupi em relação às constelações revela uma compreensão profunda e integrada do universo. Para os Tupis, as constelações não são apenas agrupamentos aleatórios de estrelas no céu, mas sim espaços negros delimitados pelas estrelas. Essa concepção difere da abordagem ocidental, que traça linhas imaginárias entre as estrelas para formar figuras reconhecíveis. Para os Tupi, as constelações são parte de uma escritura cósmica, onde as estrelas e os espaços entre elas possuem significados e conexões simbólicas.

Além disso, as constelações na cosmovisão Tupi não são apenas elementos astronômicos isolados, mas estão intrinsecamente ligadas ao meio ambiente e à natureza. Para os Tupi, o meio ambiente é compreendido como um sistema complexo e interconectado, onde todos os elementos – sejam eles terrestres, aquáticos ou celestes – estão em constante interação e influência mútua.

Nesse sentido, as constelações são consideradas parte integrante do meio ambiente dos Tupis, pois são elementos celestes que se relacionam com a terra, os rios, as florestas e a vida cotidiana das comunidades indígenas.

Essa visão holística e interconectada da natureza e do cosmos reflete a profunda relação dos Tupis com o ambiente ao seu redor, onde as constelações são entendidas não apenas como pontos luminosos no céu, mas como parte de um todo maior que engloba tanto o mundo terreno quanto o celeste. Essa perspectiva ressalta a importância da harmonia e equilíbrio entre todos os elementos do universo, incluindo as constelações, para a compreensão e a vivência da cosmovisão Tupi.

Essa abordagem da cosmovisão Tupi nos convida a repensar nossa relação com o meio ambiente e a adotar uma visão mais integrada e respeitosa em relação à natureza. Ao reconhecer a interconexão entre os elementos naturais e celestes, podemos desenvolver uma consciência mais ampla sobre a importância de preservar a harmonia e equilíbrio do ecossistema na totalidade.

A cosmovisão Tupi nos inspira a considerar o ambiente como um sistema complexo e interligado, onde todas as partes estão interconectadas e merecem ser respeitadas e cuidadas.

Já na perspectiva dos Assurini, assim como em outras culturas indígenas, as narrativas cosmogônicas revelam não apenas acerca da criação, mas também ensinamentos sobre a interconexão entre os seres humanos, os animais e o ambiente ao seu redor. Observa-se a importância da cosmologia Assurini ao analisar o trecho abaixo, retirado do *site* do Instituto Socioambiental - ISA, o qual descreve na perspectiva Assurini a história da primeira criação do universo, o dilúvio e a sobrevivência de um homem que, com a ajuda de Mahira e da anta, trouxe equilíbrio e renovação à terra.

> Os Asuriní afirmam que houve uma primeira criação do universo e depois um dilúvio, quando a terra acabou, "ficou mole". Deste infortúnio, só sobreviveu um homem, abrigado no alto de uma árvore de bacabeira. Foi, então, que Mahira chamou a anta para que o animal endurecesse a superfície da terra. Mahira também tirou sua própria costela, transformando-a em uma

> mulher, o que permitiu que a população humana aumentasse. (ISA, 2020)

A narrativa da sobrevivência de um homem durante o dilúvio, abrigado em uma árvore de bacabeira, e a intervenção de Mahira, que convoca a anta para endurecer a terra e cria a primeira mulher a partir de sua costela, remetem à origem e renovação presentes em diversas culturas.

O que não apenas explica a origem da humanidade e da terra, mas também estabelece relações simbólicas entre os seres humanos, a natureza e o divino, reforçando a importância da harmonia e da interdependência entre todos os elementos do universo. No *site* do Instituto Socioambiental - ISA, também se explica acerca de Mahira, nesse contexto que está sendo citado.

> Mahira deu conhecimento cultural de cultivar a mandioca e fazer a música. Depois algum tempo Mahira mudou-se da aldeia dos homens, porque planejaram o matar e ele voltou para o céu. Agora ele mora num lugar chamado Tupana, para onde os mortos vão. Os mortos seguem uma vida semelhante à vida terrestre. De lá Mahira cuida de todos como criador e dá a vida de cada Asurini. Então os Asurini creem que o ciclo da vida começa por Mahira e volta a ele. (ISA, 2020, apud Andrade, 1999).

Sobre Mahira, em entrevista realizada com Inysansya Assurini, considerado sábio ancião da aldeia, aos setenta e cinco anos explica que há um significado especial para Mahira, sendo associado a uma figura paterna ou protetora. Ele menciona que "Mahira" era como um pai para eles, cuidando e protegendo, e que mesmo após a morte, essa figura continua a zelar por eles.

Inysansya Assurini relaciona "Mahira" a uma entidade divina, como Deus, que está presente em suas vidas e é responsável por mantê-los vivos e protegidos

> Mahira é, nosso pai, sabe, é Mahira é nosso pai. Quando a pessoa morre ele consegue tomar conta do filho, quando ele fala filho, Deus né, a gente, né, ai assim porque a gente gosta do Mahira porque Mahira é Deus, que é coisa da gente, a gente não ta aqui vivo assim, mas nós tamo vivo por ele né. (Entrevista realizada com Inysansya Assurini, 2024).

Também é oportuno citar relevância e o significado das práticas de grafismo corporal realizadas na aldeia Trocará, que revelam não apenas uma expressão estética, mas simbolizam a essência da identidade cultural e espiritual do povo Assurini. Ao longo das gerações, homens, mulheres, crianças e idosos da comunidade têm adornado seus corpos com pinturas que transcendem o aspecto visual, carregando consigo significados profundos de força, resistência e herança ancestral.

Essas manifestações artísticas não são meramente decorativas, mas sim veículos de transmissão de narrativas, memórias e valores fundamentais para a preservação da identidade Assurini, pois;

> Na aldeia Trocará o grafismo corporal representa traços marcantes da população Assurini, se fazendo presente entre homens, mulheres, crianças, adolescentes, adultos e idosos, possui significados importantes para esses indígenas, caracterizando-se como sinônimo de força, lutas, resistências e composição da identidade cultural. As narrativas dos Assurini demarcam muito bem questões relacionadas às experiências trazidas por esses indígenas, e as lutas que empreendem pela valorização e transmissão de suas heranças culturais e identitárias. As pinturas corporais carregam histórias e memórias da sua ancestralidade, que vão muito além de um fenômeno estético, pois, além de carregar segredos, estão envoltas em simbolismos que se ligam à magia e à cosmologia dessa população indígena. As pinturas corporais podem expressar, tanto, sentimentos felizes, enquanto sentimentos ruins, se destacando entre os Assurini pela força que carregam (Barros; Pinto, 2021, p. 40837)

Nesse contexto, as pinturas corporais se tornam símbolos vivos da rica cosmologia e magia que permeiam a cultura indígena, refletindo tanto a alegria quanto as adversidades enfrentadas pelo povo Assurini.

Essas narrativas não apenas preservam a memória ancestral, mas também ressaltam a sabedoria e a harmonia presentes nas tradições indígenas, como também na cosmologia Tupi, enriquecendo nosso entendimento sobre a diversidade cultural e espiritual desses povos.

Apesar de a cosmovisão Tupi, bem como a perspectiva Assurini nesse aspecto, serem temas extremamente ricos e amplos, que envolvem uma complexa rede de crenças, valores e relações com o mundo natural e sobrenatural, é importante ressaltar que, devido à natureza específica da presente obra e dos objetivos da mesma em questão, não será possível aprofundar-se significativamente nesse aspecto.

Nossa obra concentra-se na interseção entre a Educação Ambiental e a Cultura Indígena na sociedade Assurini do Trocará, priorizando a análise das práticas educativas, dos saberes tradicionais e das relações entre os indígenas e o meio ambiente nesse contexto específico.

Embora sejam temas relevantes para a compreensão da relação entre os indígenas e a natureza, reconhecemos que sua abordagem demandaria uma investigação mais aprofundada e específica, que poderia desviar o foco principal deste livro. Portanto, optamos por não nos aprofundar o tema neste trabalho, a fim de manter a coerência e a relevância em relação aos objetivos e ao escopo desta obra realizada sobre a sociedade Assurini do Trocará.

Noutra ótica, é interessante trazer para o debate o livro intitulado "Legislação ambiental e indigenista: uma aproximação ao direito socioambiental no Brasil", escrito por Luis Fernando Pereira (2008), uma vez que ele é uma fonte indispensável de conhecimento acerca da temática abordada no presente capítulo, pois apresenta e comenta aspectos da legislação ambiental e indigenista brasileira, com foco em áreas protegidas, como Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

O Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena (Iepé), mencionado no texto, é uma organização que trabalha com a formação de professores indígenas e a promoção da educação intercultural e bilíngue nas sociedades indígenas da região amazônica.

Pereira (2008) discute ainda leis que regulam a relação entre pessoas, sociedades e meio ambiente, com exemplos específicos do Amapá e no norte do Pará. Alguns dos principais aspectos abordados incluem a proteção ambiental, a proteção dos direitos dos povos indígenas e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Pereira (2008) também destaca que a proteção ambiental, a proteção dos direitos dos povos indígenas e a promoção do desenvolvimento sustentável são temas relevantes em todo o país, e que muitas leis ainda são pouco conhecidas pelas sociedades indígenas e pelas sociedades que vivem em reservas extrativistas e em seu entorno.

O trecho mencionado está diretamente atrelado ao conceito de memória e poder, especialmente no contexto das leis que regulam a relação entre pessoas, sociedades e meio ambiente. A discussão sobre a proteção ambiental, os direitos dos povos indígenas e a promoção do desenvolvimento sustentável envolve questões de memória coletiva, memória histórica e poder institucional.

Em relação à memória, as leis e regulamentações que visam proteger o meio ambiente e os direitos das sociedades indígenas estão intrinsecamente ligadas à preservação da memória coletiva sobre a importância da natureza e da sustentabilidade. Essas leis refletem a memória das lutas passadas pela proteção ambiental e pelos direitos dos povos indígenas, bem como a memória das práticas tradicionais de convivência harmoniosa com o meio ambiente.

Por outro lado, o poder também desempenha um papel crucial nesse contexto. As leis e políticas ambientais são instrumentos de poder que regulam as relações entre diferentes sujeitos sociais, econômicos e políticos em relação ao meio ambiente.

O poder institucional, representado pelo Estado e por outras entidades reguladoras, influencia diretamente a implementação e a efetividade das medidas de proteção ambiental e de promoção do desenvolvimento sustentável.

Portanto, ao discutir as leis que regulam a relação entre pessoas, sociedades e meio ambiente, com foco na proteção ambiental, nos direitos dos povos indígenas e no desenvolvimento sustentável, é possível identificar a interseção entre memória e poder. A memória coletiva e histórica influencia a formulação dessas leis, enquanto o poder institucional determina sua implementação e impacto na sociedade, evidenciando a complexidade das relações entre memória, poder e meio ambiente.

Na obra de Pereira (2008) há várias menções sobre as legislações mais relevantes sobre a legislação ambiental indigenista, em

especial, acerca da Constituição Federal de 1988, enfatizando que a mesma estabelece a proteção do meio ambiente e dos direitos dos povos indígenas. O texto destaca que a Constituição Federal é a lei maior do Brasil e deve ser respeitada por todas as outras leis. Além disso, o texto enfatiza a importância da Constituição Federal para a proteção do meio ambiente e dos direitos dos povos indígenas

Com o advento da Constituição Federal de 1988, desapareceu a ideia de tutela e foram reconhecidos direitos permanentes aos povos às suas terras e aos direitos de viverem de acordo com seus costumes. A Constituição Federal reconheceu que os indígenas são culturalmente diferentes, e que têm direito de manter essas diferenças de língua, de cultura, de organização social e de visão de mundo. (Pereira, 2008).

Pereira (2008), encontra uma excelente explicação acerca da lei n.º 9.985/2000, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), em que se aborda o mesmo como sendo uma importante ferramenta para a proteção do meio ambiente e dos direitos dos povos indígenas, o qual estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão de unidades de conservação no Brasil, que são áreas protegidas que visam a preservação da natureza e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Ainda segundo o autor, as unidades de conservação são divididas em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. As Unidades de Proteção Integral têm como objetivo básico a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Já as Unidades de Uso Sustentável têm como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

O SNUC reconhece a importância das populações tradicionais na proteção do meio ambiente e na promoção do desenvolvimento sustentável. Portanto, o SNUC é uma importante ferramenta para a proteção do meio ambiente e dos direitos dos povos indígenas, pois estabelece normas e critérios para a criação e gestão de áreas protegidas, fundamentais para a conservação da biodiversidade e para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Sobre o "Estatuto do Índio", ele foi criado em 1973, época que o governo brasileiro ditador e preocupado em manter a "Ordem e o Progresso", mantinha o discurso de que as sociedades indígenas ainda não teriam a capacidade de entender e exercer seus direitos, e por este olhar colonial, o "Estatuto do Índio" descrevia que os indígenas deveriam ficar sob os cuidados, ou sob a tutela, da Fundação Nacional do Índio (Pereira, 2008).

Para o governo brasileiro e para uma boa parte da sociedade, a denominada elite, os indígenas não tinham futuro e, sem outra opção, iriam ser integrados ao restante da sociedade brasileira, abandonando suas formas tradicionais de viver, sua língua, sua organização social e sua cultura, se tornando iguais a todos os outros brasileiros.

Atualmente ocorrem discussões entre representantes indígenas, governo e organizações não governamentais para ver como será o novo "Estatuto do Índio." Vale ressaltar, que a nomenclatura "índio" presente em tal estatuto encontra-se defasada e necessita de uma alteração urgente, porém, na atualidade ela ainda não aconteceu.

Já a Política Nacional de Educação Ambiental é uma lei brasileira, instituída pela Lei nº 9.795/99, cujo objetivo é a promoção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e em todos os setores da sociedade. Ela busca conscientizar a população sobre a importância da preservação do meio ambiente e estimular a participação ativa da sociedade na gestão ambiental.

Com base na Lei n.º 9.795/99, mais especificamente do artigo 1º ao 3º, tem-se que a Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Já no artigo 13º da Lei n.º 9.795/99 e seus sete incisos, explica-se que o poder público, nos níveis federal, estadual e municipal, tem a responsabilidade de incentivar a difusão de programas e campanhas educativas sobre temas relacionados ao meio ambiente, além de promover a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação e a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas a elas.

Os artigos 6º, 7º e 8º, incisos I ao IV, ensinam que as instituições educativas públicas e privadas dos sistemas de ensino também são responsáveis por incorporar a Educação Ambiental em suas atividades, além de participar da formulação e execução de programas e atividades vinculadas à Educação Ambiental não formal.

Sobre a promoção integral da Educação Ambiental na Lei n.º 9.795/99, os incisos VII e VII do artigo quarto dispõem que a Educação Ambiental pode ser promovida de forma integrada aos programas educacionais por meio da abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais.

Além disso, a lei Lei n.º 9.795/99 prevê que a Educação Ambiental deve estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal, o que significa que ela deve ser incorporada tanto nas disciplinas curriculares quanto em atividades extracurriculares, como projetos, palestras, oficinas, entre outras, conforme disposto nos artigos 1º, 2º e 3º.

Por fim, conclui-se que para acontecer a promoção da Educação Ambiental de forma integrada aos programas educacionais, é importante que as instituições educativas estabeleçam parcerias com organizações não-governamentais, empresas públicas e privadas e outros setores da sociedade, mas principalmente com as sociedades tradicionais, como por exemplo os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, os povos das florestas e das águas; a fim de desenvolver programas e atividades que abordem temas relacionados ao meio ambiente, valorizando os saberes tradicionais e formas de (re) existir dessas sociedades.

III. HISTÓRIA, CULTURA E EDUCAÇÃO NA ALDEIA ASSURINI DO TROCARÁ

Preocupadas em trazer à tona conhecimentos e formas de se fazer específicos do território de estudo; esta seção da obra busca abordar a contextualização histórica, cultural e educacional da sociedade indígena Assurini do Trocará. São explorados aspectos fundamentais para compreender a vida e a realidade desse povo, destacando a importância da história, da cultura e da educação para os Assurini.

Em síntese, oferecemos aos leitores uma visão abrangente sobre a história, a cultura e a educação na sociedade Assurini do Trocará, fornecendo subsídios essenciais para compreender a realidade e os desafios enfrentados por essa sociedade indígena. A análise desses aspectos contribui para uma reflexão mais ampla sobre a importância da preservação da identidade cultural, da valorização dos saberes tradicionais e da promoção de uma educação contextualizada e significativa para os Assurini do Trocará.

SÍNTESE HISTÓRICA ACERCA DA SOCIEDADE INDÍGENA ASSURINI DO TROCARÁ

É importante iniciar fazendo menção à figura de uma indispensável guerreira e colaboradora Assurini, cujo nome era Teapykawa Asurini, a qual teve grande relevância através de seus incentivos e exemplos de resiliência e garra. O artigo intitulado "Recordando Tepaya Assurini", escrito por Roque de Barros Laraia, (2015), aborda a importância de Teapykawa Asurini como colaboradora feminina em pesquisas etnográficas.

O autor destaca a relevância de Teapykawa na defesa e sobrevivência do povo Assurini após o contato interétnico. Ela foi descrita como uma guerreira corajosa que incentivava a preservação da cultura Asurini, ensinando práticas tradicionais e motivando a sociedade a resistir e lutar pela sobrevivência (Laraia, 2015).

Teapykawa Asurini foi uma figura importante e inspiradora para seu povo. Ela foi a principal colaboradora de autor Laraia, durante sua pesquisa de campo em 1962, desempenhando um papel

fundamental na transmissão de conhecimentos sobre a história e a cultura do povo Asurini. Teapykawa era conhecida por sua coragem, liderança e dedicação à preservação da identidade Assurini após o contato interétnico (Laraia, 2015).

Teapykawa era uma guerreira corajosa que incentivava sua sociedade a resistir às adversidades e a manter suas tradições vivas, sendo assim uma memória viva de seu povo. Ela ensinava práticas tradicionais, como preparar peixes da maneira tradicional, e motivava as pessoas a não ter medo, a resistir e a lutar pela sobrevivência das futuras gerações Assurini. (Laraia, 2015)

Teapykawa deixou um legado; o Centro Cultural Teapykawa Assurini, que foi nomeado em sua homenagem, destacando sua importância e influência na aldeia. Sua liderança e dedicação à preservação da cultura Assurini são lembradas com orgulho e respeito pelo povo Assurini, demonstrando o impacto significativo que Teapykawa teve em sua aldeia e na preservação de sua identidade cultural (Laraia, 2015).

Laraia (1987), ressalta a escassez de colaboradoras do sexo feminino em estudos antropológicos, citando a importância de Teapykawa como uma figura excepcional que contribuiu significativamente para seus escritos, destaca ainda a comunicação eficaz e a empatia de Teapykawa, que contrastavam com a reserva de outros colaboradores masculinos.

Teapykawa Assurini desempenhou um papel crucial na defesa da sobrevivência do povo Asurini após o contato interétnico; a mesma foi descrita como uma guerreira corajosa que encorajava a aldeia a não desistir de viver e a preservar e defender sua cultura.

Teapykawa Assurini motivava as pessoas a trabalhar, pescar, caçar, coletar frutas, plantar e aprender novas práticas, mesmo diante das mudanças trazidas pelo contato com os não indígenas. Sua atitude era de incentivo e resistência, transmitindo a importância de lutar pela sobrevivência dos filhos, do povo Assurini e da cultura Assurini como um todo (Laraia, 2015).

O texto de Laraia (2015) traz as pesquisas realizadas pela Prof.ª Dr.ª Benedita Celeste de Moraes Pinto, em especial sua obra: "Falaram de extinção, mas nós resistimos: história do povo As-

surini do Trocará", publicada em 2014, essa publicação forneceu informações atualizadas sobre a sociedade Assurini, demonstrando a capacidade de resistência e adaptação desse povo da floresta tropical.

Pinto (2014) e reforça a convicção de que os Assurini superaram o fantasma da extinção. As informações contidas em seu texto, juntamente com o material fotográfico de qualidade, evidenciam a resiliência e a capacidade de resistência dos Assurini. Portanto, o texto de Laraia (2015) destaca a contribuição significativa do livro de Benedita Celeste de Moraes Pinto e suas coautoras para a compreensão e valorização da história e da trajetória de resistência do povo Assurini.

Sobre a estrutura econômica das sociedades indígenas, na obra "Tupi, Índios do Brasil Atual" (Laraia, 1987), é destacado a capacidade dos povos Tupi, incluindo os Assurini, de desenvolver métodos eficazes de exploração do solo e de obter recursos naturais dentro dos limites de sua tecnologia. Isso sugere que as sociedades indígenas, como os Assurini, possuíam conhecimentos e práticas econômicas adaptadas ao ambiente em que viviam, demonstrando uma relação sustentável com a natureza.

Essa habilidade de explorar o solo e obter recursos naturais de forma eficaz reflete a profunda conexão dos povos indígenas com o meio ambiente e a importância da sua organização social e cultural para a subsistência e o desenvolvimento de suas sociedades. A compreensão e valorização dessas práticas econômicas tradicionais são fundamentais para a preservação da cultura e da sustentabilidade das terras indígenas.

Na década de 1950, os Assurini da Terra Indígena Trocará residiam na área de Pacajá, situada no sudoeste do estado do Pará. Contudo, devido a conflitos com os indígenas Parakanã, se deslocaram para a região onde estão atualmente estabelecidos. É importante destacar que, naquela época, o contato entre os indígenas e os habitantes locais resultou em uma significativa redução da população devido a surtos de doenças como diarreia e gripe (Andrade, 1992).

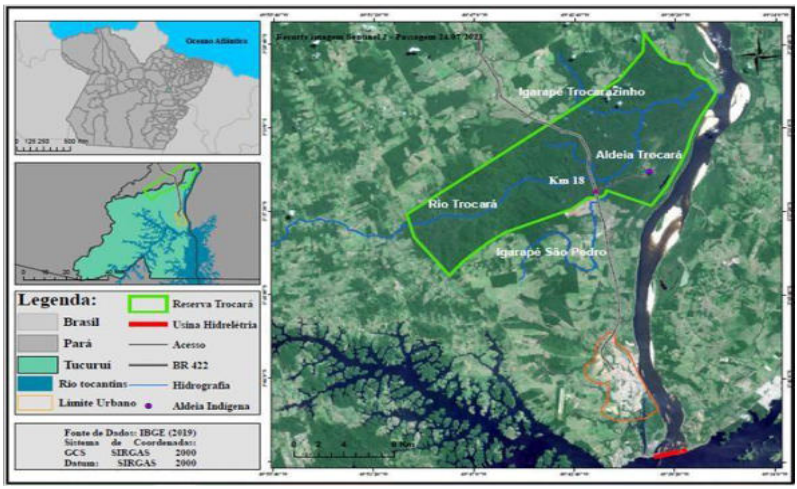
Em sua dissertação de mestrado, Bárbara Pantoja (2017) explica que os povos Assurini, após o deslocamento, estabeleceram-se nas proximidades do rio Tocantins, onde de acordo com

os anciões, possuíam abundância de alimentos, áreas de cultivo, e recursos essenciais para a subsistência desse grupo indígena.

No entanto, devido à construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que resultou na inundação das plantações de mandioca, milho e outras culturas, eles precisaram se deslocar das margens do rio, iniciando os primeiros contatos com pessoas não indígenas.

Atualmente, a sociedade indígena engloba 21.722 hectares, com uma extensão de 74 km, tendo sido regularizada conforme o Decreto n.º 87.845 de 22 de novembro de 1982. A região é habitada por cerca de 900 indígenas espalhados em quatro povoados: Trocará, considerada a aldeia central, além de Ororitawa, Oimotawara e Pikiá. Vale ressaltar que apenas a aldeia principal possui estrutura de energia elétrica, fornecimento de água, centro de saúde e instituição educacional. A aldeia fica localizada cerca de 22 quilômetros de distância da cidade de Tucuruí, no estado do Pará, situando-se na rodovia PA-156.

Figura 1 – Mapa de localização da Terra Indígena Assurini do Trocará

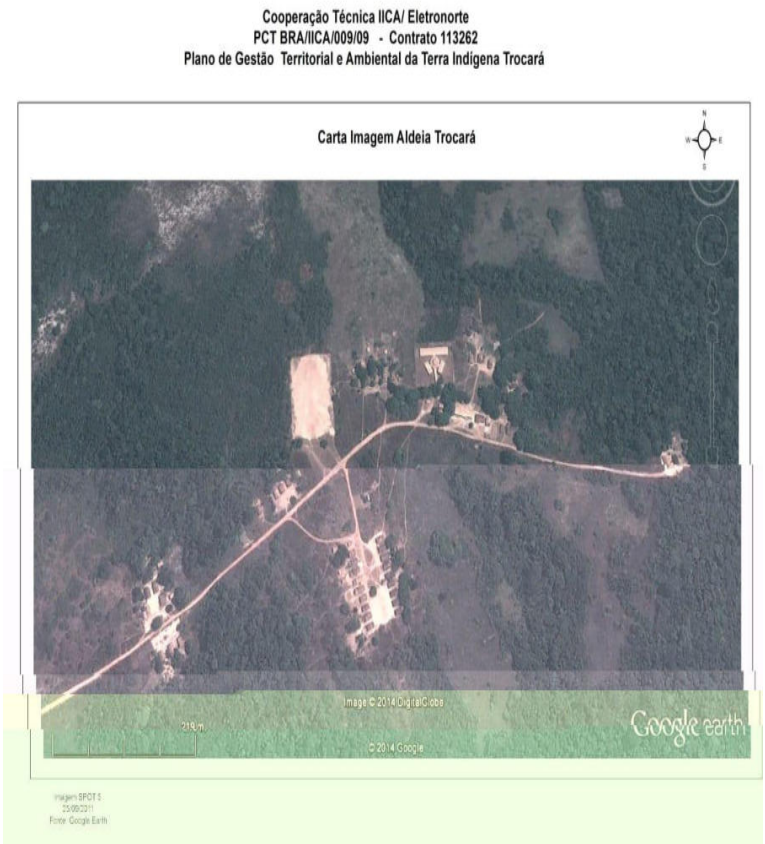


Fonte: IBGE (2023).

Na figura 01, é possível visualizar a localização geográfica da terra indígena Assurini do Trocará. O mapa apresenta uma vista aérea da região, destacando a estrutura e a divisão territorial da aldeia.

A representação cartográfica mostra a disposição da aldeia em relação à cidade mais próxima, fornecendo uma perspectiva espacial da localização dos Assurini do Trocará em relação ao contexto geográfico mais amplo. Além disso, o mapa destaca elementos como estradas, rodovias e possíveis focos de calor na região, contribuindo para uma compreensão mais detalhada do entorno da terra indígena e nos auxilia na visualização e na contextualização do espaço ocupado pelos Assurini do Trocará, fornecendo informações geográficas relevantes para a compreensão da localização e do entorno da aldeia.

Figura 2 – Mapa de localização da Terra Indígena Assurini do Trocará

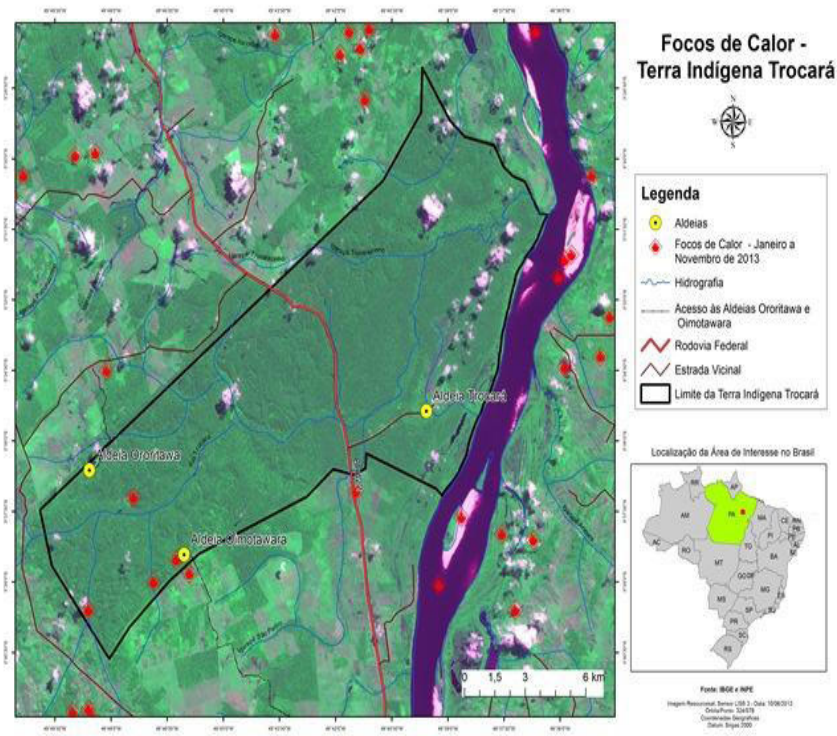


Fonte: Google Earth (2023).

Na figura 2, mapa de localização da Terra Indígena Assurini do Trocará, consegue-se visualizar mediante um ângulo alto, a estrutura e divisão terrestre da sociedade indígena Assurini do Trocará, localizada a 22 km da cidade de Tucuruí no estado do Pará.

Já a figura 3 o mapa destaca a disposição geográfica da aldeia em relação aos recursos naturais e às estruturas circundantes e apresenta informações sobre a topografia da região, a localização de rios, florestas, áreas de preservação, bem como possíveis pontos de referência relevantes para a sociedade indígena.

Figura 3 – Mapa de localização da Terra Indígena Assurini do Trocará



Fonte: Google Earth (2023).

Percebe-se, na figura 3, mapa de localização da Terra Indígena Assurini do Trocará, destacado de amarelo, a sociedade indígena Assurini do Trocará e suas aldeias, já em vermelho pode-se perce-

ber onde estão postos os focos de calor, bem como a rodovia federal, e na cor cinza tem-se a estrada vicinal entrecruzando a aldeia.

O mapa destaca a localização das aldeias Ororitawa, Oimotawara, Mururitawa e a aldeia do Trocará, bem como fornece informações sobre a densidade populacional em cada uma dessas áreas. Além disso, o mapa pode apresentar dados demográficos relevantes, como o número total de habitantes em cada aldeia e possíveis variações na população ao longo do tempo até o ano de 2022.

Segundo os dados do IBGE (2024), a sociedade Assurini atualmente possuía aproximadamente 683 habitantes há época, divididos em quatro aldeias, são elas: a Ororitawa, Oimotawara, Mururitawa e a aldeia do Trocará.

Os Assurini do Trocará mantêm sua cultura e tradições vivas. Eles têm uma relação intrínseca com a natureza, realizando práticas sustentáveis de subsistência, como a pesca e a agricultura de subsistência. Sua cultura inclui rituais, mitos e crenças que são transmitidos de geração em geração. (Ribeiro, 2017, p. 50).

A divisão do povo Assurini em quatro aldeias - Ororitawa, Oimotawara, Mururitawa e a aldeia do Trocará - reflete um processo histórico de reorganização e realocação da aldeia ao longo do tempo. Inicialmente, como mencionado anteriormente, os Assurini residiam na área de Pacajá, no sudoeste do estado do Pará. Devido a conflitos com os indígenas Parakanã e posteriormente à construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, os Assurini se deslocaram para a região onde estão atualmente estabelecidos, dividindo-se em diferentes sociedades.

Essa divisão ocorreu como uma estratégia de organização social e territorial da sociedade, levando em consideração fatores como a disponibilidade de recursos naturais, a proximidade com áreas de interesse e a necessidade de preservar a coesão interna do grupo.

A presença de quatro núcleos distintos dentro do povo Assurini sugere uma adaptação contínua e uma capacidade de reorganização diante de desafios históricos e contemporâneos, mantendo viva a identidade e a cultura desse grupo indígena. Essa divisão também reflete processos de autonomia local e de gestão do ter-

ritório, fundamentais para a sustentabilidade e a preservação da sociedade Assurini.

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí, localizada a 30 quilômetros rio acima da Terra Indígena Trocará, causou uma brusca transformação no município. Sua construção, ocorrida entre os anos de 1975 e 1984, resultou na migração de milhares de pessoas para a região. Consequentemente, no período entre 1970 e 1980, a cidade de Tucuruí experimentou um impressionante crescimento anual de 22,7%, enquanto Belém, no mesmo período, registrou uma taxa de crescimento anual de apenas 3,3%.

Figura 5 – Imagem da Usina Hidroelétrica de Tucuruí



Fonte: Sousa (2023)[1].

Em decorrência da construção Usina Hidrelétrica, os Assurini experimentaram significativas mudanças na estrutura socioeconômica da área, e desequilíbrios ecológicos que surgiram como resultado da implementação do empreendimento. Outro impacto sofrido pelos indígenas foi o significativo aumento na ocorrência de malária entre os Assurini, tornando-se, em 1985, a principal preocupação de saúde desse grupo[2].

[1] Disponível em: https://ferdinandodesousa.com/2019/06/07/a-impactanteconstrucao-da-usina-hidreletrica-de-Tucurui.

[2] Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Asurini_do_Tocantins. Acesso em: 31 out. 2023.

A construção de grandes projetos de infraestrutura, como usinas hidrelétricas, muitas resultam em impactos socioambientais desproporcionais sobre as sociedades indígenas, que dependem diretamente dos recursos naturais e do território para sua sobrevivência física e cultural. A necessidade de deslocamento forçado e a perda de território desencadeiam processos de desestruturação social, perda de identidade cultural e vulnerabilidade socioeconômica para os povos indígenas afetados.

Ao conversar com o indígena Muretehoa Assurini sobre esses impactos, o mesmo diz que:

> Antes, Antigamente, né, quando estava se construindo a barragem, a aldeia nossa era na beira do rio, né? Aí de lá que quando teve a enchente se mudaram para cá esse local e aí logo aí teve esse impacto, né? De mudança, De sair de um lugar para outro, né? E perda também que perderam o que tinham lá, né? Plantio de roça que eles tinham, aí perdeu tudo, aí mudaram para cá e aí daí também veio a questão da da estrada, né? Não tinha essa estrada, só era pelo rio mesmo, pessoal, traziam alimentos industrializados, mas era um pouco aí, não tinha tanto lixo como hoje, aí, devido a abertura da estrada, também facilitou mais a saída, né? Vem das pessoas da aldeia, para estar indo na cidade, voltando e comprando e trazendo mais coisas de fora, mais lixo, na verdade. Então isso prejudicou muito também a questão da estrada, que facilitou muito, hoje em dia é mais fácil a pessoa sair a hora que ele quer, hoje em dia tem, tem carro, tem moto. Aí vai lá na cidade, traz e vai trazendo, só que ele não imagina o que ele tá causando, né? (Entrevista realizada com Muretehoa Assurini, 2023).

A inundação das plantações de mandioca, milho e outras culturas de subsistência dos indígenas da sociedade Assurini representou uma perda impagável para sua segurança alimentar e autonomia econômica. Além disso, o deslocamento forçado das margens do rio devido à inundação pode ter levado os Assurini a iniciar os primeiros contatos com pessoas não indígenas, o que trouxe consequências negativas, como a exposição a doenças, perda de território, pressões culturais externas, aumento da poluição ambiental, entre outros.

Ainda sobre esse aspecto, em entrevista com Inysansaya Assurini, considerado sábio ancião da sociedade indígena Assurini do

Trocará, afirma que viveu essas experiências em um que remontam à construção da hidrelétrica de Tucuruí, que se iniciou em 1975. Além disso, ele faz menção ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI), indicando que essas experiências ocorreram em um momento anterior à criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1967, quando o SPI ainda estava ativo. Portanto, Inysansaya Assuriri viveu essas experiências provavelmente nas décadas de 1960 e 1970, durante um período de intensas transformações e impactos nas comunidades indígenas da região.

> Foi que começaro a fazer a hidrelétrica, foi em 75 que a Eletronorte foi com negócio nessa aldeia aqui todinha e invadiu a água tudinho, né, peixe, as planta também tinham, matou tudo, banana, mandioca, milho e arroz e feijão que o pessoal plantava ai morreu tudinho, ai até castanha também, até castanha a Eletronorte deixou a água invadir tudin, a água também por isso que eu falo pro pessoal tem que pensar direitinho o que você pensa, pro pessoal falar pra você, que a gente tinha muita coisa aqui no Trocará. (Entrevista realizada com Inysansaya Assurini, 2024).

É possível identificar uma narrativa que evidencia os impactos da construção da Hidrelétrica de Tucuruí na região indígena, pois nosso colaborador destaca o deslocamento da aldeia devido à construção da barragem, resultando na perda do território tradicional e de práticas como o plantio de roças. Esse deslocamento forçado teve impactos profundos na identidade cultural e no modo de vida das sociedades indígenas, gerando desestruturação social e emocional.

A mudança de local da aldeia e a abertura de estradas para facilitar o acesso à cidade acarretou impactos ambientais, como o aumento da geração de resíduos e a degradação do solo e dos recursos naturais. A intensificação do tráfego de veículos e o aumento do consumo de produtos industrializados pode contribuir para a poluição e a perda da biodiversidade na região.

A facilidade de acesso à cidade e a introdução de novos hábitos de consumo geraram mudanças significativas na vida cotidiana e nos costumes da sociedade indígena. A influência da cultura não indígena e a perda de práticas tradicionais impactam a coesão social e a transmissão intergeracional de conhecimentos e valores.

As narrativas de Muretehoa Assurini e Inysansaya Assurini, destacam os desafios e impactos da construção da Hidrelétrica de Tucuruí na região indígena, ressaltando a importância de considerar as dimensões sociais, culturais e ambientais envolvidas nesse processo e de promover ações que valorizem a sustentabilidade, a preservação dos territórios tradicionais e o respeito às culturas indígenas.

Ainda sobre os impactos negativos, o cacique Pirá Assurini em sua narrativa afirma que:

> É um impacto que a gente teve com a Eletronorte depois que construíram aí a barragem foi é que nós perdemos a metade da reserva, né, que hoje todo ano ela vai para o fundo, né? Então a Eletronorte, ela não, não, não, eu acho que não tem dinheiro que pague esse impacto que ela causou. Que isso aí vai ficar para o resto da vida esse impacto que ela fez, porque todo ano vai estar sempre indo para o fundo. Aí vai e vai, né? Então, assim perdemos é, o cemitério da nossa comunidade. É a gente fala que o pessoal deles não procuraram direito, né? Para a Eletronorte indenizar o cemitério que a água levou, né? E a gente perdemos a gente perdemos cemitério, a gente perdemos roça, a gente perdeu uma metade do Castanhal, a gente perdeu metade do seringueiro, né? Então, esse todo ano é isso, os animais também. Então, tudo isso aí é por isso que eu sempre brigo e falo para a Eletronorte que o que ela causou com a gente não vai ter dinheiro que vai pagar, né? Porque isso aí vai ficar pelo resto da vida, né? Esse impacto que ela fez um rombo exatamente, aí todo ano vai tendo essa erosão, aí vai diminuindo, vai tirando. (Entrevista realizada com o Cacique Pirá Assurini, 2023).

As palavras de Pirá Assurini sobre os impactos da criação da hidrelétrica de Tucuruí para a sociedade indígena refletem a devastação e as consequências negativas que a construção da barragem trouxe para o seu povo e para o meio ambiente. Ele destaca a perda de parte da reserva, que é anualmente submersa pela água da barragem, resultando em impactos contínuos e irreversíveis.

A referência à Eletronorte, responsável pela construção da hidrelétrica, evidencia a falta de compensação adequada pelos danos causados, como a perda de áreas importantes para a sociedade, como o cemitério, roças, castanhal e seringueiros.

A menção à erosão e ao rombo causado pela hidrelétrica demonstra a degradação ambiental e a deterioração progressiva do território indígena, afetando não apenas a sociedade, mas também a fauna e a flora locais. A indignação de Pirá em relação à insuficiência das medidas de mitigação e compensação por parte da Eletronorte ressalta a impotência diante dos impactos permanentes e a sensação de que o dano causado perdurará por gerações.

Essas memórias evidenciam a importância de considerar os impactos socioambientais das grandes obras de infraestrutura, como hidrelétricas, sobre as sociedades indígenas e tradicionais, destacando a necessidade de uma abordagem mais justa, participativa e sustentável na implementação de projetos que afetam diretamente essas populações.

Os dizeres dos indígenas entrevistados demonstram a importância de considerar os impactos socioambientais das grandes obras de infraestrutura, como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, sobre as sociedades indígenas e tradicionais. Através das memórias compartilhadas, os indígenas destacam a necessidade de uma abordagem mais justa, participativa e sustentável na implementação de projetos que afetaram diretamente suas populações.

As memórias de Pirá Assurini, traz pela linguagem e seu corpo a luta e resistência dos povos indígenas diante da destruição de seus territórios e da violação de seus direitos, reforça a importância do respeito à autonomia e à preservação dos modos de vida tradicionais. Essa perspectiva indígena enfatiza a necessidade de proteger não apenas o meio ambiente, mas também as culturas e os modos de vida das sociedades afetadas por projetos de desenvolvimento que ignoram muitas vezes suas vozes e direitos.

Portanto, a partir das narrativas e experiências dos indígenas entrevistados, é possível perceber a urgência de uma abordagem mais inclusiva, respeitosa e sustentável nas decisões e ações que impactam diretamente as sociedades indígenas, ressaltando a importância de reconhecer e valorizar suas perspectivas, conhecimentos e formas de vida tradicionais.

Logo, faz-se oportuno problematizar a construção da hidrelétrica de Tucuruí que impactou diretamente a sociedade indígena, considerando não apenas os aspectos econômicos e energéticos,

mas também os impactos sociais, culturais e ambientais sobre essas populações vulneráveis, ferindo a dignidade humana, bem como uma vastidão de direitos consolidados na Carta Magna de 1988, incluindo desde a falta de consulta prévia, livre e informada das sociedades indígenas, conforme estabelecido pela Convenção 169 da OIT, fato fundamental para garantir seus direitos e proteger sua integridade cultural e territorial, e vale ressaltar o fato da existência de um processo indenizatório que até hoje não foi concluído.

Nesse contexto, torna-se pertinente analisar criticamente a construção da Rodovia Transcametá e os impactos significativos na região e nas comunidades locais. Na década de 1970, a Terra Indígena Trocará foi atravessada pela rodovia Transcametá (BR-422), que passou a ser o principal meio de transporte de madeira na região, aumentando a vulnerabilidade do território a invasões e desmatamento.

É essencial considerar não apenas os aspectos logísticos e de infraestrutura, mas também os impactos sociais, ambientais e culturais decorrentes desse empreendimento, especialmente sobre populações vulneráveis e tradicionais, afinal:

> Estes projetos vêm causando sérios impactos socioambientais na área habitada pelos Akuáwa-Asuriní, acirrando os conflitos e impactos nos territórios indígenas. Nesse contexto, diversas manifestações denunciando os impactos da rodovia Transcametá e da UHE de Tucuruí foram realizadas ao longo dos anos. Durante o longo período de construção da estrada, os Akuáwa-Asuriní reagiram à invasão de seus territórios. Na década de 1920, verificou-se a intensificação dos conflitos entre indígenas e trabalhadores da ferrovia, resultando em diversas mortes. sabe-se que os Akuáwa-Asuriní continuaram resistindo ao avanço sobre seu território durante a década de 1930, pois foram registrados alguns ataques de indígenas aos castanheiros e trabalhadores da EFT naquela década. Em 1937, os funcionários do SPI encontraram, pela primeira vez, alguns Akuáwa-Asuriní. Os antropólogos Gabriel Pedrazzani e Wilma Leitão reforçam que a Transcametá mudou radicalmente a vida dos indígenas, que substituíram o acesso fluvial ao núcleo urbano de Tucuruí, por via terrestre. (FIOCRUZ, 2021)

Com base na explanação acima, vê-se que a construção da Rodovia Transcametá levanta questões sensíveis relacionadas à

preservação do meio ambiente, à integridade territorial de comunidades locais e ao respeito aos direitos humanos e culturais.

A falta de consulta prévia, livre e informada das comunidades afetadas, conforme preconizado pela Convenção 169 da OIT e pela legislação nacional, é um ponto crucial que merece atenção, pois a participação e o consentimento das populações impactadas são fundamentais para garantir a proteção de seus direitos e de sua identidade cultural.

Além disso, a ausência de um processo indenizatório adequado e transparente para as comunidades afetadas pela construção da Rodovia Transcametá é uma questão que levanta preocupações quanto à justiça e à reparação dos danos causados.

A garantia da dignidade humana e dos direitos fundamentais, consagrados na Constituição de 1988, deve ser assegurada em todas as etapas do planejamento e execução de projetos de infraestrutura, incluindo a devida compensação e mitigação dos impactos sobre as populações locais, vejamos o que segue dizendo o Mapa de Conflitos Ambientais:

> De acordo com notícia da agência Brasil de Fato (07/05/2018), indígenas Akuáwa-Asuriní relataram para o juiz federal Hugo Frazão (da subseção judiciária federal de Tucuruí) os cerca de 40 anos de danos gerados pela UHE Tucuruí em suas vidas. Cabe lembrar que a Eletronorte chegou a ser obrigada a fazer um pagamento mensal de R$ 150 mil pela demora em oferecer medidas de compensação, mas conseguiu reverter o valor em medidas emergenciais. Após Audiência Pública realizada dentro da TI Trocará, o judiciário considerou as necessidades dos Akuáwa-Asuriní. De acordo com uma publicação de 13 de agosto de 2018 do Tribunal Regional Federal (TRF), no dia 09 de agosto do mesmo ano, a Vara Única da Subseção Judiciária de Tucuruí homologou acordo entre o MPF e a Eletronorte que previa um investimento de R$ 10 milhões, ao longo de cinco anos, para reparação dos danos causados aos Akuáwa-Asuriní pela construção da UHE de Tucuruí. (FIOCRUZ, 2021)

Portanto, é fundamental promover uma análise crítica e reflexiva também sobre os impactos da construção da Rodovia Transcametá, buscando soluções que respeitem os direitos das comuni-

dades afetadas, promovam a sustentabilidade ambiental e cultural que contribuam para o desenvolvimento equitativo e inclusivo da região.

A sociedade Indígena Assurini do Trocara vislumbra de diversas maneiras alcançar direitos nos múltiplos aspectos, como na solidificação da sua cultura, na busca por melhorias no âmbito da saúde, educação, economia, infraestrutura, etc. (Ribeiro, 2017, p. 50). Os Assurini do Trocará enfrentam desafios consideráveis, entre eles a pressão da modernização e a necessidade de equilibrar tradição e progresso, entretanto, eles têm demonstrado resiliência e determinação na manutenção de sua identidade cultural; ou seja, como eles afirmam "Resistem para Existir".

IV. ESPAÇOS ESCOLARES E NÃO ESCOLARES NA ALDEIA ASSURINI DO TROCARÁ

A Lei n.º 9.795 como dialogamos anteriormente foi promulgada em 1999, a qual estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e reconheceu então a Educação Ambiental como um mecanismo indispensável da educação nacional. Deve acontecer sua integração de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, tanto no âmbito formal quanto no não formal.

O Programa Nacional de Educação Ambiental para Povos Indígenas (PRONEA) surgiu com base no Programa Nacional de Educação Ambiental, que se trata de programa e projetos específicos de Educação Ambiental voltados para os povos indígenas, o mesmo visa fomentar a formação de educadores indígenas e a criação de materiais didáticos personalizados para a Educação Ambiental nas sociedades indígenas.

É sabido que, em que pese haver avanços nessa perspectiva temática, ainda existem vários desafios na eficácia prática da implantação da Educação Ambiental para os povos indígenas no Brasil. O que inclui a falta de recursos e políticas públicas específicas, bem como a necessidade de um maior diálogo intercultural e respeito à diversidade cultural.

Além disso, faz-se mister reconhecer e valorizar o conhecimento tradicional dos povos indígenas em relação ao meio ambiente, o que representa um passo crucial para a proteção das terras indígenas e da biodiversidade no Brasil.

Conforme estipulado no Artigo 9º da Lei n.º 9.795/99, a Educação Ambiental no Brasil abarca uma parte ampla e integrada no contexto do processo educativo. Ela é tratada como um processo contínuo e duradouro que visa à formação de valores, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a preservação do meio ambiente, considerado um bem de uso coletivo, crucial para a qualidade de vida saudável e para a sustentabilidade.

A Educação Ambiental é inerente e permanente no sistema educacional do país, devendo ser incorporada de maneira articu-

lada em todos os níveis e formas de educação, tanto no âmbito formal como no não formal. Seu propósito principal deveria ser na prática sensibilizar a população quanto à importância da conservação ambiental e promover o engajamento ativo da sociedade na gestão ambiental.

Como alerta Arguelo (2002), espaços escolares no contexto da diversidade cultural e da importância da educação para os povos indígenas são entendidos como ambientes físicos e simbólicos onde ocorre o processo educativo, considerando as especificidades culturais, linguísticas e sociais dos povos indígenas. Os espaços escolares incluem as instalações físicas das escolas indígenas, que devem ser adequadas e respeitar a cultura e o modo de vida das sociedades. Isso envolve desde a arquitetura das construções até a organização dos espaços de aprendizagem, levando em conta as necessidades específicas de cada grupo étnico (Arguelo, 2002).

Além do aspecto físico, os espaços escolares também são entendidos como locais de construção de significados e identidades. Nas escolas indígenas, é essencial que os espaços simbólicos reflitam a cultura, a língua e as tradições dos povos originários, promovendo o respeito e a valorização da diversidade cultural (Arguelo, 2002).

Os espaços escolares devem ser concebidos desta maneira como espaços de encontro e diálogo entre diferentes culturas, favorecendo a interculturalidade e o respeito mútuo. Nesse sentido, as escolas indígenas têm o desafio de promover a convivência harmoniosa entre a cultura tradicional e a cultura dominante, buscando uma educação que valorize a diversidade e promova a inclusão (Arguelo, 2002).

Os espaços escolares nas aldeias indígenas também devem ser pensados como espaços de participação e envolvimento da sociedade local. A colaboração entre professores, lideranças comunitárias, famílias e alunos são essenciais para a construção de um ambiente educativo que atenda às necessidades e expectativas de todos os envolvidos (Arguelo, 2002).

Arguelo (2002) reforça o conceito de espaços escolares no contexto da Educação Escolar Indígena, que vai além do aspecto físico das instalações, englobando também a dimensão simbólica,

a interculturalidade, a participação comunitária e a valorização da diversidade cultural como elementos essenciais para uma educação de qualidade e inclusiva para os povos indígenas.

Beltrão (1993) enfatiza que o ambiente escolar vai contribuir para que essa interação se torne menos assimétrica, pois o ambiente escolar deve permitir uma interação menos assimétrica nos grupos minoritários na sociedade.

O conceito de Beltrão (1993) que destaca a importância do ambiente escolar na promoção de uma interação menos assimétrica nos grupos minoritários da sociedade, está alinhado com a perspectiva da Educação Escolar Indígena. Através da criação de espaços escolares que respeitem e valorizem a cultura, a língua e as tradições dos povos indígenas, é possível contribuir para a redução das assimetrias e desigualdades presentes na sociedade.

Ao considerar o ambiente escolar como um espaço de interação, aprendizagem e convivência, a abordagem de Beltrão (1993), ressalta a importância de criar condições para que os grupos minoritários, como os povos indígenas, possam participar ativamente do processo educativo, sem que haja uma relação de poder desigual.

Nesse sentido, a concepção de espaços escolares na Educação Escolar Indígena deve ser pensada para promover a igualdade de oportunidades, o respeito à diversidade e a valorização das identidades culturais. Ao proporcionar um ambiente escolar inclusivo, acolhedor e que reconheça a pluralidade de saberes e experiências, é possível criar as condições para uma interação mais equitativa e enriquecedora entre os diferentes grupos sociais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

É oportuno definir, além dos espaços escolares e não escolares, as diferenças entre educação escolar e diferenciá-la da educação escolar indígena. A diferença entre a Educação Escolar e a Educação Escolar Indígena está fundamentada nas concepções pedagógicas, nos objetivos educacionais e nas abordagens metodológicas adotadas em cada uma dessas modalidades.

A Educação Escolar tradicional refere-se ao sistema educacional convencional, presente nas escolas públicas e privadas, que segue currículos nacionais e metodologias padronizadas. Seu foco

principal é proporcionar uma formação acadêmica geral, abrangendo diversas áreas do conhecimento e preparando os alunos para a vida em sociedade, o mercado de trabalho e de cidadania. Essa modalidade de ensino tem como base os princípios da universalidade, da igualdade de oportunidades e da formação integral dos estudantes.

Por outro lado, a Educação Escolar Indígena é uma modalidade específica de ensino destinada aos povos indígenas, que busca respeitar e valorizar suas culturas, línguas, tradições e saberes ancestrais. Ela tem como objetivo principal garantir aos povos indígenas o direito à educação de acordo com suas especificidades culturais, promovendo a preservação de suas identidades étnicas e o fortalecimento de seus povos.

A Educação Escolar Indígena busca integrar os conhecimentos tradicionais com os conhecimentos científicos e técnicos da sociedade nacional, proporcionando uma formação que respeite e valorize a diversidade cultural e promova a inclusão social.

Essa diferença fundamental entre a Educação Escolar e a Educação Escolar Indígena está embasada nos princípios da interculturalidade, do respeito à diversidade e da valorização das identidades culturais dos povos indígenas. Enquanto a Educação Escolar tradicional busca uma formação geral e abrangente, a Educação Escolar Indígena visa atender às necessidades específicas das aldeias indígenas, promovendo uma educação contextualizada, inclusiva e que reconheça e valorize os saberes locais.

Sobre o conceito de espaços escolares, Rubim (2016), ao abordar a educação escolar de indígenas Ticuna do Alto Solimões, traz como foco o contexto da interculturalidade e da interdisciplinaridade na educação escolar de indígenas Ticuna.; destacando a importância de a escola ser um espaço de mediação cultural entre os diferentes mundos vividos pelos jovens estudantes, valorizando e respeitando a pluralidade das manifestações culturais juvenis.

Além disso, a interação sistemática da escola com a vida cotidiana fora dela, principalmente por meio das práticas pedagógicas dos professores, é fundamental para promover a interculturalidade e utilizar as manifestações culturais juvenis, como as mídias eletrônicas, como ferramentas para facilitar o diálogo entre os jovens,

os profissionais da educação e a escola, contribuindo para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

Portanto, os espaços escolares, devem ser locais de encontro e interação entre diferentes culturas, promovendo a valorização da diversidade e a construção de conhecimento de forma colaborativa e inclusiva.

Sousa (2015), ao tratar dos saberes tradicionais dos povos amazônicos no contexto do processo de transição agroecológica, nos leva a pensar como os espaços escolares e não escolares podem ser mencionados no contexto da Educação Ambiental e da transição agroecológica. Os espaços escolares são destacados como locais onde a Educação Ambiental pode ser promovida de forma sistemática, por meio de práticas pedagógicas que abordam a relação entre seres humanos e natureza, a importância da preservação ambiental e a adoção de práticas sustentáveis.

Por outro lado, os espaços não escolares também são mencionados como ambientes importantes para a promoção da Educação Ambiental. Por exemplo, as comunidades rurais do município de Parintins (AM) foram citadas como locais onde práticas agroecológicas aliadas à Educação Ambiental foram desenvolvidas, demonstrando a relevância de integrar conhecimentos tradicionais e científicos em contextos não formais de educação (Sousa, 2015).

Portanto, tanto os espaços escolares quanto os não escolares desempenham um papel crucial na promoção da Educação Ambiental e na transição para práticas agrícolas mais sustentáveis. A integração de saberes tradicionais, científicos e práticas agroecológicas em diferentes contextos educacionais contribui para uma compreensão mais ampla e holística da relação entre seres humanos e meio ambiente, visando a construção de sociedades mais conscientes e engajadas na preservação do planeta.

Escola Indígena Wararawa Assurini

Partindo para o âmbito da Escola Indígena Wararawa Assurini, que está situada na aldeia Trocará, no município de Tucuruí, no estado do Pará, foi inaugurada em 2011, pelo então Governador do Estado do Pará, Simão Jatene, e desempenha um papel fundamen-

tal na preservação da identidade cultural e na educação das novas gerações da sociedade Assurini, sabe-se que a escola foi criada com o intuito de valorizar e fortalecer os saberes tradicionais, a língua, os costumes e as tradições desse povo indígena.

A Escola Indígena possui uma história rica e significativa no contexto da sociedade Assurini. A criação e evolução dessa instituição educacional refletem a luta e a resiliência do povo indígena em garantir o acesso à educação de qualidade, respeitando sua cultura, língua e tradições ancestrais.

A história da Escola Wararawa Assurini remonta há décadas atrás, quando a sociedade sentiu a necessidade de estabelecer um espaço de aprendizagem que valorizasse e preservasse os saberes tradicionais dos Assurini. Inicialmente, a escola era composta por estruturas simples, construídas com materiais locais e com o apoio da própria aldeia.

Com o passar dos anos, a Escola Wararawa Assurini passou por diversas transformações e melhorias, tanto em sua infraestrutura física quanto em seu currículo educacional. A sociedade Assurini, juntamente com lideranças locais e parceiros externos, trabalharam em conjunto para fortalecer a escola como um centro de educação que promove a valorização da cultura indígena e o desenvolvimento integral dos alunos.

A escola se tornou um ponto de referência na aldeia Trocará, não apenas como um local de ensino, mas também como um espaço de fortalecimento da identidade cultural, da língua nativa e das práticas tradicionais dos Assurini. Os professores, tanto indígenas quanto não indígenas, desempenham um papel fundamental na transmissão de conhecimentos e na promoção do respeito à diversidade étnica e cultural.

Além disso, a Escola Wararawa Assurini tem desenvolvido projetos educacionais inovadores, como a hortinha escolar, que não apenas ensinam conceitos acadêmicos, mas também promovem a sustentabilidade ambiental e o respeito pela natureza. Essas iniciativas refletem o compromisso da escola em preparar as novas gerações de Assurini para enfrentar os desafios do século XXI, mantendo vivas suas tradições e valores.

Em resumo, a história da Escola Indígena Wararawa Assurini é um testemunho da dedicação e da resiliência da sociedade Assurini em preservar sua identidade cultural e em garantir uma educação de qualidade que esteja alinhada com seus princípios e crenças tradicionais.

Figura 6 – Placa de inauguração com a descrição da Escola Wararawa Assurini



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Na imagem acima, vê-se a placa localizada na entrada da escola indígena Wararawa, localizada também na aldeia indígena supracitada; ressalta-se que se trata da única unidade educacional do setor.

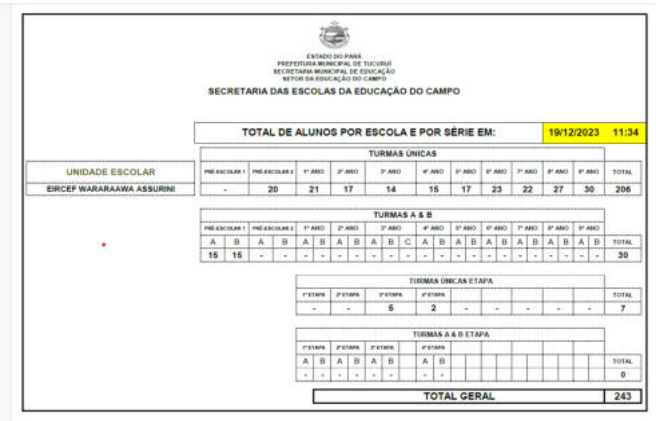
Figura 7 – Fachada da escola Wararawa Assurini



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Observa-se a foto da fachada da escola indígena Wararawa Assurini, que a escola Wararawa Assurini é uma instituição de ensino localizada na aldeia indígena Assurini do Trocará, situada na região de Tucuruí, no estado do Pará, Brasil.

Figura 8 – Documento identificando o total de alunos matriculados por escola emitido pela Secretaria de Educação



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SETOR DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

SECRETARIA DAS ESCOLAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

TOTAL DE ALUNOS POR ESCOLA E POR SÉRIE EM: 19/12/2023 11:34

TURMAS UNICAS

UNIDADE ESCOLAR	PRÉ-ESCOLAR 1	PRÉ-ESCOLAR 2	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO	TOTAL
EIRCEF WARARAAWA ASSURINI	-	20	21	17	14	15	17	23	22	27	30	206

TURMAS A & B

PRÉ-ESCOLAR 1		PRÉ-ESCOLAR 2		1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO		6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO		TOTAL
A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	C	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
15	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30

TURMAS UNICAS ETAPA

1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	4ª ETAPA						TOTAL
-	-	5	2	-	-	-	-	-	7

TURMAS A & B ETAPA

1ª ETAPA		2ª ETAPA		3ª ETAPA		4ª ETAPA									TOTAL
A	B	A	B	A	B	A	B								
-	-	-	-	-	-	-	-								0

TOTAL GERAL 243

Fonte: Secretaria de Educação do Município de Tucuruí (2024).

O documento acima, fornecido pela Secretaria de Educação do Município de Tucuruí, apresenta o total de alunos por escola e por série na Unidade Escolar Eircef Wararaawa Assurini; percebe-se que o total de alunos na Unidade Escolar Eircef Wararaawa Assurini é de 243 alunos. O documento também explica que para o pré-escolar na Unidade Escolar Eircef Wararaawa Assurini, há um total de 2 turmas únicas disponíveis, sendo uma para o Pré-Escolar 1 e outra para o Pré-Escolar 2.

Com base nos dados fornecidos da Unidade Escolar Eircef Wararaawa Assurini, podemos identificar a existência das seguintes turmas: Pré-Escolar 1, Pré-Escolar 2, 1º Ano, 2º Ano, 3º Ano, 4º Ano, 5º Ano, 6º Ano, 7º Ano, 8º Ano, 9º Ano, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª etapa. Na 1ª e 2ª etapa, não há alunos matriculados na Unidade Escolar Eircef Wararaawa Assurini, totalizando 0 alunos nessa etapa.

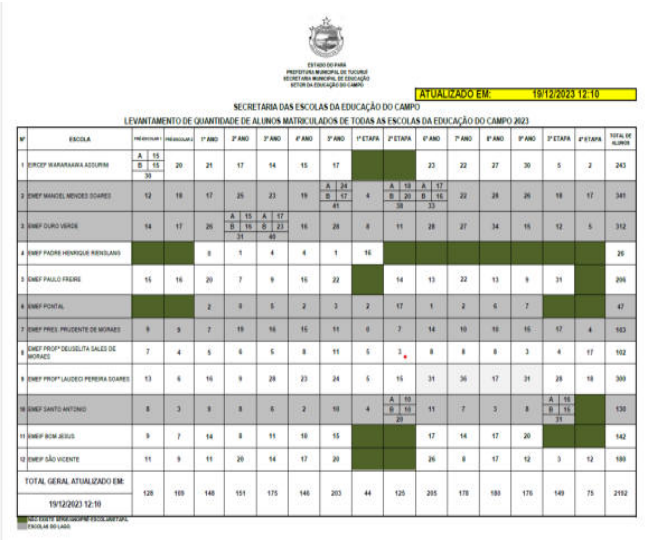
Com relação à pouca quantidade de turmas na Unidade Escolar Eircef Wararaawa Assurini para cada série, percebe-se que a disponibilidade limitada de turmas pode impactar a capacidade

de atender a demanda de alunos nessa faixa etária. Com apenas duas turmas únicas para o pré-escolar, por exemplo, pode haver dificuldades em acomodar todos os alunos que desejam ingressar nessa etapa educacional. Isso pode resultar em salas de aula superlotadas, falta de atenção individualizada aos alunos e possíveis desafios no processo de aprendizagem.

É importante considerar a importância do pré-escolar como uma fase crucial no desenvolvimento das crianças, onde são adquiridas habilidades fundamentais para o seu crescimento acadêmico e social. Portanto, a disponibilidade de um número adequado de turmas e recursos é essencial para garantir uma educação de qualidade e um ambiente propício ao desenvolvimento integral dos alunos.

Assim, a análise com relação à pouca quantidade de turmas na Unidade Escolar Eircef Wararaawa Assurini para o pré-escolar destaca a necessidade de avaliar e ajustar a infraestrutura educacional para atender de forma eficaz e inclusiva às necessidades dos alunos nessa etapa educacional.

Figura 9 – Levantamento de quantidade de alunos matriculados em todas as escolas da Educação do Campo em 2023, no município de Tucuruí, Pará



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SETOR DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

ATUALIZADO EM: 19/12/2023 12:10

SECRETARIA DAS ESCOLAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

LEVANTAMENTO DE QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS DE TODAS AS ESCOLAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO 2023

Nº	ESCOLA	PRÉ-ESCOLAR I	PRÉ-ESCOLAR II	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	1ª ETAPA	2ª ETAPA	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO	3ª ETAPA	4ª ETAPA	TOTAL DE ALUNOS
1	EIRCEF WARARAAWA ASSURINI	A 15 B 15 30		20	21	17	14	15	17			23	22	27	30	5	2	243
2	EMEF MANOEL MENDES SOARES	12	18	17	25	23	19	A 24 B 17 41	4	A 19 B 20 39	A 17 B 16 33	22	28	26	18	17	341
3	EMEF OURO VERDE	14	17	26	A 15 B 16 31	A 17 B 23 40	16	28	8	11	28	27	34	15	12	5	312
4	EMEF PADRE HENRIQUE RENSLANS			0	1	4	4	1	16								26
5	EMEF PAULO FREIRE	15	16	20	7	9	15	22		14	13	22	13	9	31		206
6	EMEF PONTAL			2	0	5	2	3	2	17	1	2	6	7			47
7	EMEF PRES. PRUDENTE DE MORAES	9	9	7	10	16	15	11	0	7	14	10	10	15	17	4	163
8	EMEF PROFª DELGELITA SALES DE MORAES	7	4	5	6	5	8	11	5	3	8	8	8	3	4	17	102
9	EMEF PROFª LAUDECI PEREIRA SOARES	13	6	16	9	28	23	24	5	15	31	36	17	31	28	18	300
10	EMEF SANTO ANTONIO	8	3	9	8	6	2	10	4	A 10 B 10 20	11	7	3	8	A 15 B 15 31		130
11	EMEIF BOM JESUS	9	7	14	8	11	10	15			17	14	17	20			142
12	EMEF SÃO VICENTE	11	9	11	20	14	17	20			26	8	17	12	3	12	180
	TOTAL GERAL ATUALIZADO EM: 19/12/2023 12:10	128	103	148	151	175	146	203	44	125	205	178	183	176	149	75	2192

NÃO EXISTE ESTRUTURA ESCOLAR PARA ESTAS ESCOLAS NO LAGO

Fonte: Secretaria de Educação do Município de Tucuruí (2024).

A figura 09, apresenta um levantamento de quantidade de alunos matriculados em todas as escolas da Educação do Campo em 2023, no município de Tucuruí, Pará; a atualização mais recente foi feita em 19/12/2023 às 12h10, mostrando um total geral de 751 alunos matriculados, sendo a escola com o maior número de alunos matriculados, a EMEF Manoel Mendes Soares, que possui um total de 341 alunos matriculados, ficando a Escola Wararawa Assurini em terceiro lugar, com 243 matriculados

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Warara'awa Assurini/Trocará em Tucuruí-Pará, nota-se que se trata de um documento que estabelece as diretrizes educacionais para a sociedade Assurini. O PPP foi elaborado a partir do estudo da legislação pertinente à Educação Indígena, em colaboração com técnicos da SEMED e da sociedade Indígena Assurini da Aldeia Trocará, seguindo orientações da Secretaria de Estado de Educação do Pará (PPP, 2022).

O PPP (2022), tem como objetivo principal contribuir para a efetivação do projeto de autonomia do povo Assurini, desenvolvendo estratégias de sobrevivência física, linguística e cultural no contexto da economia de mercado. Além disso, busca desenvolver a capacidade dos alunos e professores para discutir questões polêmicas da sociedade envolvente, promover a interlocução entre os saberes da sociedade indígena e outros conhecimentos, e ser um centro de divulgação e produção dos conhecimentos indígenas para a sociedade envolvente (PPP, 2022).

Existem no PPP algumas estratégias propostas para melhorar a educação na região de Tucuruí, conforme o Projeto Político Pedagógico da Escola Warara'awa Assurini/Trocará, as quais incluem:

> Implementar a interculturalidade como princípio básico da educação escolar indígena, garantindo que os aspectos relativos aos conhecimentos da cultura indígena sejam abordados nas aulas nas aldeias, preservando a identidade étnica dos povos.
> Desenvolver projetos históricos do povo Assurini e novas estratégias de sobrevivência física, linguística e cultural no contexto da economia de mercado.
> Capacitar alunos e professores para discutir questões polêmicas da sociedade envolvente e oferecer à comunidade indígena a possibilidade de críticas e conhecimento de problemas.

> Promover a interlocução entre os saberes da sociedade indígena e a aquisição de outros conhecimentos da sociedade envolvente.
> Elaborar um currículo escolar que integre os conhecimentos tradicionais da comunidade indígena Assurini com o conhecimento de outras culturas.
> Proporcionar à comunidade indígena Assurini o conhecimento do meio em que vive, incluindo a realidade das outras sociedades, identificando os conhecimentos de outros povos e o conhecimento científico do mundo em que vivemos
> Proporcionar aos educandos uma formação crítica libertadora, reflexiva, igualitária, democrática e integradora, preparando-os intelectualmente para o exercício da cidadania (PPP, 2022, p.14).

Tais estratégias visam melhorar a qualidade da educação na região de Tucuruí, promovendo o respeito à cultura indígena, o desenvolvimento de habilidades críticas e reflexivas, e a integração de conhecimentos diversos.

Os principais objetivos do Projeto Político Pedagógico da Escola Warara'awa Assurini/Trocará são os seguintes:

> Contribuir para a efetivação do projeto de autonomia do povo Assurini, desenvolvendo estratégias de sobrevivência física, linguística e cultural no contexto da economia de mercado.
> Desenvolver a capacidade dos alunos e professores para discutir questões polêmicas da sociedade envolvente e oferecer à comunidade indígena a possibilidade de críticas e conhecimento de problemas.
> Servir como instrumento de interlocução entre os saberes da sociedade indígena e a aquisição de outros conhecimentos da sociedade envolvente.
> Ser um centro de divulgação e produção dos conhecimentos indígenas para a sociedade envolvente.
> Elaborar um currículo escolar que integre os conhecimentos tradicionais da comunidade indígena Assurini com o conhecimento de outras culturas.
> Proporcionar à comunidade indígena Assurini o conhecimento do meio em que vive, incluindo a realidade das outras sociedades, identificando os conhecimentos de outros povos e o conhecimento científico do mundo em que vivemos.
> Proporcionar aos educandos uma formação crítica libertadora, reflexiva, igualitária, democrática e integradora, preparando-os intelectualmente para o exercício da cidadania. (PPP, 2022, p. 16).

Para alcançar esses objetivos, o PPP propõe a elaboração de um currículo escolar que integre os conhecimentos tradicionais da sociedade indígena Assurini com o conhecimento de outras culturas, proporcionando à sociedade indígena o conhecimento do meio em que vive e preparando os educandos para uma formação crítica, reflexiva, igualitária, democrática e integradora, essencial para o exercício da cidadania (PPP, 2022).

Em resumo, o PPP da Escola Warara'awa Assurini/Trocará visa promover a valorização da cultura indígena, o desenvolvimento de habilidades críticas e reflexivas nos alunos e professores, a integração de conhecimentos diversos e a preparação dos educandos para uma participação ativa na sociedade, respeitando a identidade étnica dos povos indígenas e contribuindo para a autonomia e desenvolvimento da sociedade Assurini em Tucuruí-Pará.

Com relação aos profissionais atuantes na escola, a Secretaria de Educação informou que em 2024, haviam 21 funcionários trabalhando, sendo que todos os que atuam no âmbito escolar são da etnia Assurini do Trocará, o que se trata de uma imensa conquista recente, pois, ao longo dos anos, alguns cargos eram ocupados por não indígenas.

Os professores indígenas possuem formação pela Universidade Estadual do Pará, formação esta que ocorreu em 2016. Na ocasião, eram ministradas as aulas pelos professores da UEPA dentro da própria aldeia indígena, visando assim capacitar os professores para atuar nas mais diferentes áreas. O curso teve duração de quatro anos e foi de extrema importância para a qualificação profissional dos indígenas.

Essa escola desempenha um papel fundamental na promoção da educação e da preservação da cultura e língua indígena na região. Ela é projetada para oferecer um ambiente de aprendizado apropriado para os alunos indígenas.

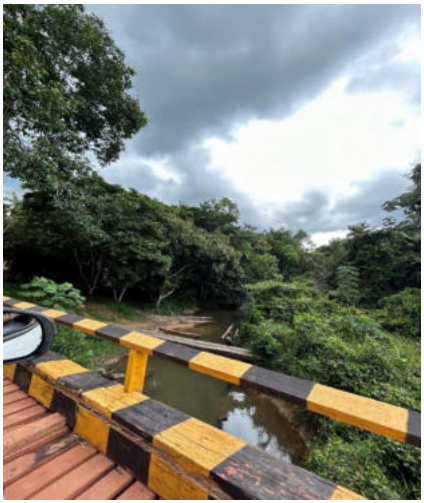
A mesma tem um papel crucial na promoção da autoestima, orgulho cultural e identidade entre os jovens Assurini. Além disso, contribui para a preservação da língua indígena, que desempenha um acontecimento central na transmissão de histórias, conhecimentos e tradições.

A Escola Wararawa Assurini é um exemplo de como as sociedades indígenas estão trabalhando para preservar sua cultura e língua por meio da educação., pois se organiza e atua na garantia de que as gerações futuras dos Assurini possam manter suas tradições vivas, enquanto se preparam para enfrentar os desafios do século XXI.

Com relação aos espaços não escolares da aldeia, estes servem como locais de lazer e aprendizado para a aplicação da Educação Ambiental. Observa-se que, além das salas de aula, a sociedade indígena possui práticas culturais que promovem a conscientização e a preservação do meio ambiente. Vamos dialogar neste momento, como esses espaços contribuem para a Educação Ambiental e como o diálogo entre diferentes contextos fortalece o aprendizado e a sustentabilidade na aldeia.

Os rios e igarapés que cortam a aldeia não são apenas fontes de água, mas também espaços de aprendizado e preservação ambiental. Os moradores utilizam esses recursos hídricos para atividades cotidianas, como banho, lavagem de roupa e pesca. Através do diálogo com os mais velhos, as crianças aprendem sobre a importância de manter a água limpa e livre de poluição, garantindo a saúde dos ecossistemas aquáticos e a segurança alimentar da sociedade**.**

Figura 10 – Vista da Ponte sob o Rio Trocará



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A figura 10, demonstra o rio preservado dentro da aldeia indígena que é um reflexo da relação respeitosa e cuidadosa que os moradores têm com o meio ambiente. Esse cenário natural intocado representa não apenas uma fonte de água limpa e vital para a aldeia, mas também um exemplo concreto de como a prática da preservação ambiental está intrinsecamente ligada à Educação Ambiental.

Ao integrar o igarapé preservado como um espaço de aprendizado e vivência da natureza, a sociedade indígena fortalece os princípios da Educação Ambiental, promovendo a consciência ecológica, o respeito pela biodiversidade e a responsabilidade coletiva na conservação do meio ambiente.

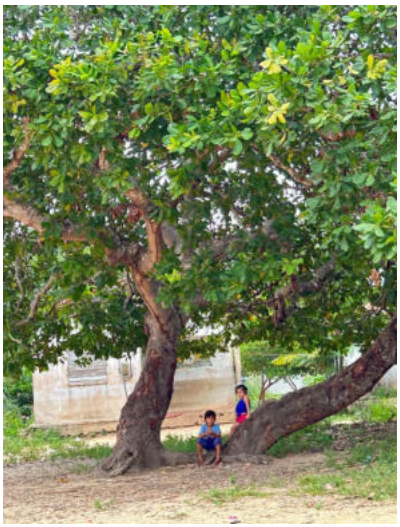
Essa relação simbiótica entre o igarapé e a sociedade indígena exemplifica como a Educação Ambiental não se limita às salas de aula, mas se estende a todos os aspectos da vida cotidiana, inspirando ações concretas em prol da sustentabilidade e do equilíbrio ambiental.

A floresta e as áreas verdes ao redor da Aldeia também são espaços de convivência e conexão com a natureza. Os moradores realizam atividades como coleta de frutas, plantio de alimentos e práticas de caça e pesca sustentáveis

O diálogo intergeracional é fundamental nesses espaços, pois os mais velhos compartilham a memórias, linguagens formas de se fazer e viver; lembranças e conhecimentos tradicionais sobre o manejo sustentável dos recursos naturais, respeitando os ciclos da natureza e evitando a exploração predatória, pois a natureza é o corpo indígenas, as memórias que se movem entre águas e florestas dentro da aldeia.

A imagem das duas crianças indígenas sentadas em cima de uma árvore evoca uma conexão profunda com a natureza e ressalta a importância da relação harmoniosa entre os seres humanos e o meio ambiente. Nesse contexto, a Educação Ambiental desempenha um papel fundamental ao promover a conscientização sobre a importância da preservação dos recursos naturais e da biodiversidade.

Figura 11 – Crianças em conexão direta com a natureza



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Ao observar as crianças interagindo com a árvore, podemos perceber a valorização que a sociedade indígena atribui à natureza como fonte de vida, alimento e sabedoria. Essa relação simbólica com a árvore representa não apenas um local de descanso ou diversão, mas também um espaço de aprendizado e respeito pelas plantas e animais que compartilham o mesmo ecossistema.

A Educação Ambiental, ao ser integrada no cotidiano das crianças indígenas, contribui para a formação de indivíduos conscientes de sua responsabilidade na conservação do meio ambiente. Mediante práticas educativas que valorizam os conhecimentos tradicionais, a sustentabilidade e a interdependência entre os seres vivos, as crianças são incentivadas a desenvolver um olhar crítico e ativo em relação às questões ambientais.

Assim, a imagem das crianças indígenas na árvore nos convida a refletir sobre a importância de promover uma Educação Ambiental que respeite e valorize as culturas locais, os ecossistemas naturais e as futuras gerações. Através desse diálogo entre as crianças, a natureza e a educação, podemos construir um caminho de harmonia e sustentabilidade para o presente e o futuro da sociedade indígena e do planeta na totalidade.

V - EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PRÁTICAS DE LINGUAGEM E SABERES TRADICIONAIS

A relação entre a sociedade indígena e a Educação Ambiental é de extrema relevância no contexto atual, onde a preservação dos recursos naturais e a sustentabilidade ambiental tornaram-se temas centrais em todo o mundo, principalmente no momento que vivemos em 2025 a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a conhecida COP 30, realizada na cidade de Belém-Pará. É neste contexto, que este livro apresenta nesse momento a troca de saberes, os diálogos que realizamos com os colaboradores de nossa escrita, que se deu pelas nossas caminhadas pelos diferentes espaços da aldeia com os parentes, amigos indígenas da aldeia Indígena Assurini do Trocará, que foram o Professor de Ciências Sociais, Wakamuwia Assurini, o Professor de Ciências Matemáticas, Inataia Assurini, o Diretor da Escola, Muretehoa Assurini, e o Cacique da Aldeia, Pirá Assurini.

Todos os indígenas compartilharam memórias, histórias, experiências, *insights* valiosos sobre a importância da Educação Ambiental na vida diária da sociedade, e nos reafirmaram a importância da arte de ouvir, sentir e estar na natureza, pois suas memórias transcendem diferentes tempos e (re)significam o ser estar e (re) resistir em tempos de destruição de nosso bem maior – a natureza.

A Educação Ambiental desempenha um papel fundamental na vida diária da sociedade indígena, promovendo a conscientização sobre a importância da preservação da natureza e dos recursos naturais tanto em espaços escolares, como nos não escolares. Essas práticas sustentáveis não apenas beneficiam a sociedade indígena, mas também protegem os animais e os recursos hídricos, essenciais para a sobrevivência e o bem-estar de todos.

Além disso, a preservação ambiental é crucial para garantir a disponibilidade de alimentos provenientes da mata, como caça e peixe, que são fontes importantes de subsistência para a sociedade. Portanto, a Educação Ambiental na sociedade indígena não apenas promove a sustentabilidade ambiental, mas também contribui para a saúde e o equilíbrio do ecossistema local.

Através da entrevista realizada com o professor Inataia Assurini, é possível compreender como a Educação Ambiental desempenha um papel essencial na conscientização e na adoção de práticas sustentáveis dentro da aldeia. O narrador destaca o ensino da Educação Ambiental em espaços não escolares, como, por exemplo, a importância de manter a limpeza do quintal, evitar o descarte inadequado de lixo na natureza e preservar os recursos naturais, como a floresta e os igarapés, fundamentais para a subsistência e o bem-estar dos povos.

> É primeiro, primeiramente, né? Para é muito importante a gente limpar nosso quintal, né? Não jogar lixo na meio ambiente por causa que a gente mora numa terra indígena, né? E prejudica também os animais, né? Se a gente joga o lixo na floresta, eles eles comem também o lixo, né? Por isso que é importante a gente preservar nossa natureza também. Os igarapés também, que as pessoas banham. Lavam roupa no igarapé. Aí, sem querer, eles jogam lixo, roupa velho e fralda descartável. Aí isso aí causa poluição nas águas e atinge também os animais que são peixes, né? Por isso que é muito importante a gente preservar nosso igarapé, né? Nossa mata também, porque é dali que nós tiramos alimento também, né? Para a gente sobreviver também. Mas caça, peixe também, né?. (Entrevista realizada com Inataia Assurini, 2024).

Ao explorar as percepções e experiências de Inataia, percebe-se de que forma a Educação Ambiental impacta a vida diária na aldeia indígena, promovendo a preservação do meio ambiente, a proteção dos animais e a garantia de recursos hídricos saudáveis. Além disso, analisou-se o papel dos professores, como Inataia, na promoção da conscientização ambiental entre os alunos indígenas, tanto na escola quanto dentro de casa.

Ao ser perguntado sobre a Educação Ambiental dentro do espaço escolar, Inataia diz que:

> Tem essa educação também na escola, né? Na escola a gente dá essa orientação, né? Os alunos não jogar lixo dentro da comunidade que prejudica a saúde deles mesmos, né? De limpar as casa ao redor da casa, né? Jogar ajuntar o lixo corretamente, né? Cada lixo tem lata tem. Tem vidro, né? Que é mais

> perigoso, que é o vidro, né? Também né? Que corta a pessoa também. (Entrevista realizada com Inataia Assurini, 2024).

Inataia destaca algumas práticas sustentáveis essenciais para a preservação da natureza, tais como:

> Manter a limpeza do quintal e evitar o descarte inadequado de lixo na natureza.
> Preservar a floresta e os igarapés, fundamentais para a subsistência e o bem-estar da comunidade.
> Conscientizar sobre a importância de não poluir as águas dos igarapés, evitando o descarte de resíduos que possam prejudicar os animais aquáticos e a saúde das pessoas que deles dependem.
> Gincana anual para o recolhimento de lixo. (Entrevista realizada com Inataia Assurini, 2024).

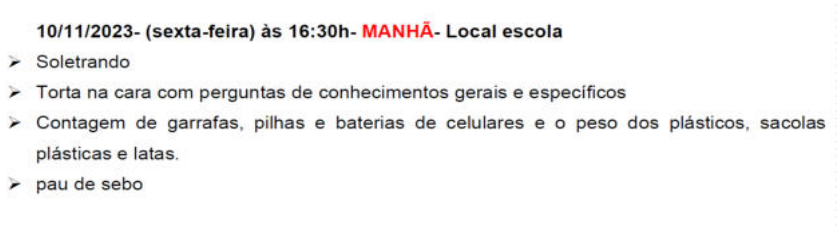
Sobre as gincanas ambientais, essas são atividades lúdicas e educativas realizadas anualmente na sociedade indígena, com o objetivo de conscientizar os membros sobre a importância da preservação ambiental e mobilizá-los para a coleta e remoção adequada do lixo. Elas são organizadas pela escola em parceria com a sociedade indígena, demonstrando um esforço coletivo para promover a sustentabilidade e a proteção do meio ambiente.

Inataia Assurini explica que "A gente tem, todo ano a gente faz aquela gincana, né? Arrecadar o lixo, tirar o lixo, da aldeia também né. A escola que faz, né? Todo ano faz junto com a comunidade para tirar o lixo da aldeia, né? Todo ano" (Entrevista realizada com Inataia Assurini, 2024).

Entende-se que o principal objetivo das gincanas ambientais é sensibilizar os participantes, especialmente os alunos, sobre a necessidade de manter a limpeza da aldeia, evitar a poluição dos igarapés e preservar os recursos naturais.

Por meio de atividades divertidas e desafiadoras, as gincanas incentivam a participação ativa dos membros da aldeia na coleta e separação do lixo, promovendo a responsabilidade ambiental e o cuidado com o entorno.

Figura 12 – Dados da 10ª Gincana Estudantil da Escola Wararawa Assurini



Fonte: Escola Wararawa Assurini (2024).

Acima, um trecho retirado do *folder* da 10ª Gincana Estudantil da Escola Wararawa Assurini, nota-se que a atividade de contagem de garrafas, pilhas e baterias de celulares, juntamente com a medição do peso dos plásticos, sacolas plásticas e latas, durante a gincana ambiental é uma prática educativa e conscientizadora de extrema importância para a Educação Ambiental na sociedade indígena. Vamos analisar detalhadamente a relevância dessa atividade:

A contagem e medição dos resíduos como garrafas, pilhas, baterias, plásticos, sacolas e latas proporciona aos participantes da gincana uma visão concreta e quantitativa do impacto do lixo gerado na aldeia. Isso sensibiliza os envolvidos sobre a quantidade de resíduos produzidos e a necessidade de reduzir, reutilizar e reciclar esses materiais.

Ao separar e contabilizar os diferentes tipos de resíduos recicláveis, os participantes aprendem a identificar materiais que podem ser reciclados e compreendem a importância da coleta seletiva para o meio ambiente. Essa atividade promove a valorização da reciclagem como uma prática sustentável e contribui para a preservação dos recursos naturais.

A contagem e pesagem dos resíduos envolve os participantes de forma prática e interativa, estimulando a participação ativa na gincana e promovendo o engajamento com a temática ambiental. Essa abordagem lúdica e educativa torna o aprendizado mais significativo e estimula a reflexão sobre o impacto das ações individuais no meio ambiente.

Ao envolver os participantes na contagem e medição dos resíduos, a atividade reforça a importância da responsabilidade ambiental e do cuidado com o ambiente em que vivem. Os participantes são incentivados a refletir sobre suas práticas cotidianas de consumo e descarte, buscando alternativas mais sustentáveis e conscientes.

A contagem e pesagem dos resíduos também permitem acompanhar o progresso da aldeia na redução da geração de lixo e na promoção da reciclagem. Esses dados quantitativos podem ser utilizados para avaliar o impacto das ações de Educação Ambiental e para incentivar a adoção de práticas mais sustentáveis no futuro.

Em resumo, a atividade de contagem de garrafas, pilhas, baterias, plásticos, sacolas e latas durante a gincana ambiental é uma ferramenta educativa valiosa para sensibilizar, conscientizar e engajar os participantes na promoção da sustentabilidade e na preservação do meio ambiente. Essa prática contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, responsáveis e comprometidos com a proteção da natureza e a construção de um futuro mais sustentável.

Tal prática tem um impacto significativo na conscientização ambiental dos participantes, especialmente das crianças e jovens indígenas. Ao participar ativamente das atividades de arrecadação e remoção do lixo, os alunos aprendem na prática a importância de preservar o meio ambiente, respeitar a natureza e adotar práticas sustentáveis em seu cotidiano.

Figura 13 – Lixo coletado na Sociedade Assurini do Trocará pela 10ª Gincana Estudantil da Escola Wararawa Assurini



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Na figura 13, tem-se a arrecadação de lixo realizada na gincana, que ocorreu de 06 a 11 de novembro de 2023. Nota-se que além de promover a conscientização ambiental, as gincanas ambientais proporcionam outros benefícios para a sociedade indígena, como o fortalecimento do senso de coletividade, o estímulo ao trabalho em equipe e a valorização da cultura e dos saberes tradicionais relacionados à preservação ambiental. Essas atividades contribuem para a construção de uma consciência ambiental crítica e engajada, essencial para a sustentabilidade da aldeia a longo prazo.

As gincanas ambientais representam uma estratégia eficaz e engajadora para promover a conscientização ambiental e a preservação da natureza na sociedade indígena. Por meio dessas atividades, os participantes são incentivados a adotar práticas sustentáveis, a valorizar o meio ambiente e a se tornarem agentes de mudança em prol de um futuro mais equilibrado e harmonioso com a natureza.

Essas práticas sustentáveis, apesar de não serem suficientes para a extinção da poluição ocasionada pelos resíduos sólidos, promove em certa medida de contenção a preservação ambiental, a proteção dos recursos naturais e a garantia de um ambiente saudável para a sociedade indígena. Por meio da análise dessa narrativa, constata-se a importância da Educação Ambiental nas sociedades indígenas, destacando a interconexão entre a preservação ambiental, a cultura indígena e a sustentabilidade a longo prazo.

Porém, é evidente que, apesar das medidas adotadas pelos Assurini, como a gincana, por exemplo, o desequilíbrio ambiental tem gerado profundas interferências e mudanças sociais e culturais, afetando diretamente a vida e as tradições do povo Assurini. Um exemplo emblemático dessa situação é a festa do Jacaré, uma celebração tradicional que atualmente enfrenta dificuldades para ser realizada devido à escassez desse animal na natureza, resultado da caça predatória.

A festa do Jacaré, que representa não apenas um momento de celebração, mas também de conexão com a natureza e de respeito aos seres vivos, está ameaçada pela diminuição da população de jacarés devido à ação humana desenfreada. A caça predatória e a degradação do habitat natural desses animais têm impactado não

apenas a realização da festa, mas também a própria existência dessa espécie na região.

Além disso, o desequilíbrio ambiental tem afetado diretamente a produção artesanal do povo Assurini. Pássaros com plumagens de cores vibrantes, essenciais para a confecção de peças artísticas tradicionais, estão entrando em extinção devido à degradação do ambiente. Da mesma forma, sementes ornamentais utilizadas na produção de artesanato estão se tornando escassas, levando os indígenas a recorrer a materiais industrializados, como miçangas, para manter suas tradições vivas.

Figura 14 – Artesanato de cabelo, confeccionado por Vanderleia Assurini, utilizando penas de animais, madeira, sementes e miçangas



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os hábitos alimentares também foram profundamente impactados pelo desequilíbrio ambiental na aldeia. Com a construção da hidrelétrica, o pescado, fonte primária de alimento e subsistência para o povo Assurini, tornou-se escasso devido às alterações nos ecossistemas aquáticos. Isso levou a sociedade a introduzir produtos industrializados em sua dieta, resultando em mudanças significativas nos padrões alimentares e na segurança alimentar da população.

A insegurança alimentar, juntamente com a escassez de recursos naturais e a perda de espécies-chave para a cultura e a subsistência dos Assurini, evidencia as profundas consequências do desequilíbrio ambiental na Terra Indígena Trocará. Essas mudanças não apenas afetam a vida cotidiana e as práticas culturais do povo indígena, mas também colocam em risco a preservação de suas tradições ancestrais e a sustentabilidade de seu modo de vida

Na entrevista realizada com o professor indígena Wakamuwia Assurini sobre a importância da natureza e da Educação Ambiental na sociedade Assurini do Trocará, percebe-se como o professor de Geografia destaca a relação forte dos indígenas com a natureza e o esforço para haver a transmissão de conhecimento de geração em geração.

> Um exemplo de ensino no caso assim eu posso citar, é a própria convivência mesmo, as criança ela aprende através da observação, né? Fora da escola, o que nós, enquanto professor, enquanto comunidade, qualquer é qualquer coisa que a gente for fazer, as criança, ela vai observando e ao mesmo tempo vai aprendendo né, esses ensinamentos. (Entrevista realizada com Wakamuwia Assurini, 2024).

O conhecimento adquirido por Wakamuwia Assurini e outros membros da aldeia é transmitido de diversas formas dentro da aldeia Assurini do Trocará. Fora da escola, os professores e a sociedade indígena repassam conhecimentos por meio da observação e convivência, permitindo que as crianças aprendam através dessas experiências.

> Nós temos assim a Educação Ambiental. Ela é executada também na escola, mas assim a gente também trabalha fora.

> Fora da escola, né? Eu vejo que nós, enquanto professores de gente, a gente vem ensinando coisa para nossos, para os nossos alunos também, fora da sala de aula ou dentro do espaço escolar mesmo. E vejo que é importante isso, porque a nossa comunidade ela né, ela nós enquanto indígena, existe uma pedagogia indígena própria, educação e pedagogia e de educação indígena que é trabalhado fora da escola que a gente repassa esse conhecimento. (Entrevista realizada com Wakamuwia Assurini, 2024).

Dentro da escola, Wakamuwia adapta o conteúdo dos livros didáticos para trabalhar temas como o espaço geográfico da aldeia e o cuidado com a natureza, buscando conscientizar os alunos sobre a importância da preservação ambiental, preservação ambiental no sentido de indicar a necessidade de sensibilizar os alunos sobre a importância de cuidar do meio ambiente, promovendo a reflexão sobre a importância de conservar os recursos naturais, respeitar a biodiversidade e adotar práticas sustentáveis em suas vidas cotidianas.

Ao adaptar o conteúdo dos livros didáticos para trabalhar temas como o espaço geográfico da aldeia e o cuidado com a natureza, o professor Wakamuwia busca conscientizar os alunos sobre a importância de preservar o ambiente em que vivem.

> Então, assim, na minha, na minha execução de aula, eu, sempre eu, é fazer dessa forma, eu, eu trabalho com livros didáticos que vem da secretaria e faço adaptações. Eu posso trabalhar o espaço geográfico da aldeia, né? E o cuidado com a natureza, mas também eu trago para a realidade, fora da tirando os alunos, né? Para sair, para ver o espaço daí e citar exemplo de qualquer tipo de ações que podem prejudicar o meio ambiente. (Entrevista realizada com Wakamuwia Assurini, 2024).

No trecho acima, Wakamuwia Assurini destaca a importância de adaptar os materiais didáticos para tornar o ensino mais relevante e contextualizado para os alunos da aldeia Assurini do Trocará. Ao trabalhar com os livros didáticos fornecidos pela secretaria, ele faz adaptações para abordar temas como o espaço geográfico da aldeia e o cuidado com a natureza. Além disso, ele enfatiza a importância de levar os alunos para fora da sala de aula, permitindo

que observem o ambiente ao redor e identifiquem ações que possam prejudicar o meio ambiente.

A preservação ambiental envolve ações e atitudes que visam garantir a sustentabilidade dos ecossistemas, a qualidade de vida das sociedades e a manutenção dos recursos naturais para as gerações futuras. Nesse sentido, ao abordar o tema da preservação ambiental na educação, destaca-se a importância de promover a consciência ambiental, o respeito pela natureza e a responsabilidade individual e coletiva na proteção do meio ambiente.

Essa abordagem prática e contextualizada contribui para uma educação mais significativa e engajadora, conectando os alunos com a realidade local e promovendo a conscientização ambiental.

Ao dialogarmos a Educação Ambiental nas sociedades indígenas brasileiras, temos a ciência que a legislação brasileira estabelece que a educação indígena deve receber um tratamento diferenciado em relação às outras escolas do sistema, com ênfase, na prática da interculturalidade e bilinguismo. (Araújo, 2013, p. 287). No entanto, esses encaminhamentos não estão bem discutidos e compreendidos, e estão distantes de se efetivar na prática, devido a vários entraves burocráticos que adiam o cumprimento da legislação; pois a Educação Ambiental Indígena no Brasil atualmente é mais voltada para uma educação escolar do que ambiental, o que sugere que as políticas públicas e a legislação ainda não estão sendo efetivas na promoção da Educação Ambiental Indígena .(Araújo, 2012).

Ao dialogarmos sobre o início dos aprendizados sobre a consciência ambiental, Wakamuwia diz que:

> Essas atividade já vem lá do prezinho até o nono ano. Essa conscientização da preservação do meio ambiente, né? Ensinar todas as disciplinas os professores trabalha dessa forma, né? Tem o cuidado, né? A gente sabe que é uma problemática que a gente tem com relação ao lixo dentro da comunidade, que é muito produto, que a gente consome também, né? Então vai gerando o lixo. Então é uma preocupação nossa também, né? Mas assim por isso que a gente trabalha esse tipo de conscientização é conscientização, né? Para poder estar os alunos tá atualizado essa informação e né? E poder estar fazendo papel daqui pra frente. (Entrevista realizada com Wakamuwia Assurini, 2024).

Wakamuwia Assurini destaca a importância da conscientização ambiental desde a educação infantil até o ensino fundamental, abordando a preservação do meio ambiente como um tema transversal em todas as disciplinas. Ele ressalta a preocupação da sociedade indígena com a questão do lixo, resultante do consumo de produtos, e a necessidade de conscientizar os alunos sobre a importância de lidar adequadamente com resíduos.

A conscientização ambiental é vista como uma ferramenta essencial para manter os alunos atualizados e preparados para desempenhar um papel ativo na preservação ambiental no presente e no futuro. Essa abordagem demonstra o compromisso da sociedade indígena em promover a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental entre as gerações mais jovens.

Figura 15 – Alfabeto ilustrativo feito pelos professores indígenas



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Na figura 15, temos a imagem de um cartaz ilustrado, utilizado pelos professores indígenas e confeccionado por eles, para ensinar o Alfabeto. Tem-se um exemplo de material didático, comumente utilizado nas aulas da escola Wararawa Assurini.

A utilização de um cartaz ilustrativo do alfabeto, com desenhos de animais e árvores feitos pelos professores indígenas, é

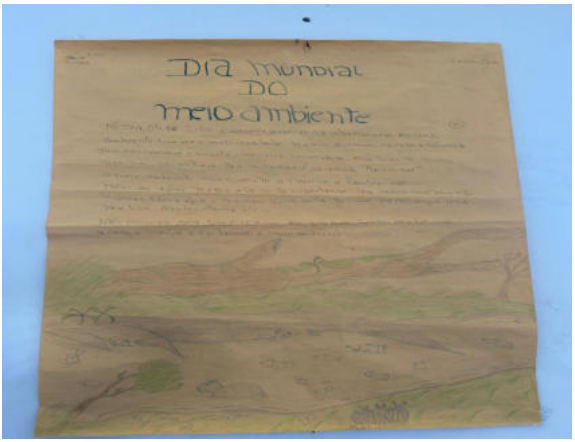
uma estratégia pedagógica criativa e contextualizada. Essa abordagem visual e culturalmente relevante pode facilitar o processo de aprendizagem das crianças, tornando o ensino mais atrativo e significativo.

Ao associar cada letra a elementos da natureza presentes no cotidiano da aldeia, os professores indígenas promovem a valorização da fauna e flora locais, ao mesmo tempo, em que fortalecem a identidade cultural e o respeito ao meio ambiente.

Além disso, a utilização de ilustrações pode estimular a conexão entre a linguagem escrita e o mundo real, favorecendo a compreensão e a memorização das letras do alfabeto. Essa abordagem lúdica e visual contribui para um aprendizado mais envolvente e contextualizado, alinhado com a perspectiva pedagógica indígena de ensinar por meio da observação e da interação com o ambiente natural.

Dessa forma, o uso de um cartaz ilustrativo do alfabeto com elementos da natureza representa uma prática educativa inovadora e culturalmente relevante, que valoriza a diversidade linguística e o conhecimento tradicional das sociedades indígenas.

Figura 16 – Cartaz pregado em sala de aula, alusivo ao dia do meio ambiente



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A criação de um cartaz pelos professores indígenas e os alunos para ensinar sobre Educação Ambiental, especialmente em co-

memoração ao Dia do Meio Ambiente, demonstra o compromisso da sociedade indígena em promover a conscientização e a preservação ambiental. Ao utilizar esse recurso visual na sala de aula, os professores indígenas têm a oportunidade de transmitir mensagens educativas de forma impactante e acessível aos alunos.

O cartaz alusivo ao Dia do Meio Ambiente (figura 16) contém informações sobre a importância da natureza, dicas de práticas sustentáveis, alerta sobre a preservação dos recursos naturais e reflexões sobre a relação entre os seres humanos e o meio ambiente. Além disso, a criação do cartaz pelos próprios professores indígenas e alunos evidencia o envolvimento da aldeia na Educação Ambiental, valorizando os saberes locais e a cultura tradicional.

Por meio desse recurso visual, os professores indígenas podem estimular a reflexão dos alunos, promover a valorização da natureza e incentivar a adoção de atitudes responsáveis em relação ao meio ambiente. O cartaz se torna não apenas uma ferramenta de ensino, mas também um símbolo do compromisso da sociedade em proteger e preservar o ambiente em que vivem.

Portanto, a iniciativa de criar um cartaz para ensinar sobre Educação Ambiental, especialmente em datas significativas como o Dia do Meio Ambiente, reflete a importância atribuída pela sociedade indígena à sustentabilidade, à conservação da natureza e à transmissão de conhecimentos sobre o meio ambiente para as gerações futuras.

Figura 17 – Cartaz ilustrativo ensinando sobre as árvores, em português e na língua materna



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A figura 17, representa a criação de um cartaz ilustrativo pelos professores indígenas para ensinar sobre árvores, apresentando informações tanto em português quanto na língua materna da aldeia, é uma estratégia pedagógica inclusiva e culturalmente relevante. Esse tipo de abordagem bilíngue valoriza a língua e a cultura locais, promovendo a preservação e o fortalecimento da identidade indígena.

No cartaz, a ilustração da árvore é acompanhada por nomes e informações sobre cada espécie, tanto em português quanto na língua materna, permitindo que os alunos tenham acesso ao conhecimento de forma acessível e contextualizada. Além disso, a presença da língua materna reforça a importância da valorização e da preservação do idioma tradicional da sociedade indígena.

Ao apresentar informações sobre as árvores de maneira visual e linguisticamente diversificada, os professores indígenas possibilitam uma aprendizagem mais abrangente e inclusiva, atendendo às necessidades linguísticas e culturais dos alunos. Essa abordagem também contribui para a promoção da diversidade linguística e para o respeito à pluralidade cultural presente na aldeia.

Portanto, o cartaz ilustrativo sobre árvores, com informações em português e na língua materna, representa uma prática educativa que valoriza a diversidade linguística, fortalece a identidade cultural indígena e promove a Educação Ambiental de forma integrada e contextualizada.

Ailton Krenak (2019), reconhecido líder indígena e pensador ambiental, traz à tona a importância da relação harmoniosa entre seres humanos e natureza, ressaltando a interdependência e a responsabilidade compartilhada na preservação do meio ambiente. A prática educativa que promove a Educação Ambiental de forma integrada e contextualizada está alinhada com a visão de Krenak sobre a necessidade de repensar nossas relações com a natureza e promover a sustentabilidade.

Ao conversar com o Diretor da Escola, Muretehoa Assurini, falamos sobre como o papel da natureza na educação das crianças na Escola Wararaawa Assurini é fundamental e abrange diversas dimensões. Sobre a importância da Educação Ambiental, ao ser perguntado, o Diretor Muretehoa Assurini diz que:

> Educação Ambiental para nós indígenas, né? É cuidar da natureza, né? Não, não destruir, né? Porque a gente, se a gente destruir, a gente está destruindo a nós mesmos, porque a natureza faz parte da gente e a gente também faz parte da natureza. E a gente vive nela e vive dela, né? Então, para isso é muito importante a gente estar preservando a natureza. É importante porque assim a gente tá, sempre tá levando esse conhecimento da preservação para as novas gerações que está mantendo a questão do meio ambiente, né? Gestão ambiental, cuidar, né, do meio ambiente. Isso, isso é fundamental para a gente. (Entrevista realizada com Muretehoa Assurini, 2024).

Muretehoa destaca a importância de transmitir o conhecimento da preservação ambiental para as novas gerações, garantindo a continuidade da gestão ambiental e o cuidado com o meio ambiente. Essa preocupação com a educação das futuras gerações demonstra um compromisso com a sustentabilidade e a manutenção dos valores ambientais.

Ao mencionar a importância de manter a questão do meio ambiente e a gestão ambiental, Muretehoa ressalta a relevância da cultura e da tradição indígena na preservação do ambiente. A valorização desses aspectos culturais contribui para a construção de uma identidade ambientalmente consciente e sustentável.

Percebe-se a partir da fala que a natureza é utilizada como um recurso educativo para sensibilizar as crianças e toda a aldeia sobre a importância da preservação ambiental e do cuidado com o meio ambiente. Por meio de atividades práticas, como visitas à aldeia e observação da realidade local, as crianças são expostas aos desafios e oportunidades de conservação da natureza.

Em suma, o discurso de Muretehoa Assurini reflete uma profunda conexão com a natureza, uma forte consciência ambiental e um compromisso com a transmissão de conhecimento e valores ambientais para as futuras gerações, destacando a importância da Educação Ambiental e da preservação do meio ambiente na sociedade indígena.

Sobre a metodologia das aulas, perguntou-se em que momentos e disciplinas da escola vocês conseguem trabalhar a Educação Ambiental? Quais disciplinas e em que momentos? É na hora do intervalo? Na hora das aulas?

> Na questão da disciplina, nós temos os professores que falam sobre a questão de geografia, por exemplo, né? Mas todos os outros professores também falam da importância da natureza em suas aulas, ne? Eles, o professor ele trabalha a questão do meio ambiente, da natureza, que envolve essa questão aí, de estar preservando não só a questão da flora, mas da fauna também, que é importante. E assim a gente busca parceria também com alguma instituições lá de fora para estar vindo fazer palestras dentro da escola a gente já fez no finalzinho desse ano, já do ano passado, a gente fez uma palestra com os alunos em relação ao meio ambiente, questão de Educação Ambiental e foi muito bom para gente ter o conhecimento de como estar preservando o meio ambiente. Inclusive mandei fazer alguns cartazes e eles também nós temos essa parceria com a instituição lá de fora e eles fizeram uns cartazes que eu estou esperando finalizar a reforma da escola para quando eu voltar, deixar tudo na sala de aula para estar sempre mostrando para os alunos a questão de preservar o meio ambiente. (Entrevista realizada com Muretehoa Assurini, 2024).

A memória de nosso narrador destaca a abordagem interdisciplinar e abrangente da Educação Ambiental na Escola Wararaawa Assurini, evidenciando a importância dada à natureza em todas as disciplinas e ações educativas. Muretehoa menciona que, além das aulas de Geografia, todos os professores abordam a importância da natureza em suas disciplinas. Isso demonstra uma abordagem interdisciplinar, onde a temática ambiental é transversal a todas as áreas do conhecimento, promovendo uma visão holística e integrada do meio ambiente.

Além das aulas específicas de Educação Ambiental, a natureza é incorporada de forma transversal em diversas disciplinas, como Geografia e Matemática. Os professores buscam exemplos da natureza, como frutas e animais, para enriquecer o aprendizado e promover uma visão holística do ambiente em que vivem.

Muretehoa ressalta a importância de preservar não apenas a flora, mas também a fauna, evidenciando a preocupação com a biodiversidade e a conservação dos ecossistemas locais. Essa abordagem ampla contribui para uma compreensão mais abrangente e aprofundada da relação entre os seres humanos e a natureza.

Nota-se também que a escola busca parcerias com instituições externas para enriquecer o aprendizado dos alunos em relação ao meio ambiente. A realização de palestras e a produção de cartazes educativos evidenciam o esforço em trazer diferentes perspectivas e conhecimentos para a sociedade escolar, ampliando as oportunidades de aprendizagem e sensibilização ambiental.

A iniciativa de deixar os cartazes na sala de aula para sempre lembrar os alunos da importância de preservar o meio ambiente demonstra um compromisso contínuo com a conscientização ambiental. Essa prática reforça a importância de envolver não apenas os alunos, mas toda a sociedade escolar na promoção de atitudes sustentáveis e na valorização da natureza.

A escola promove atividades práticas, como a Gincana Estudantil, que envolvem os alunos na coleta de lixo e na preservação do ambiente. Essas experiências permitem que as crianças tenham um contato direto com a natureza e compreendam a importância de cuidar do seu entorno

A escola busca envolver não apenas os alunos, mas também a sociedade em ações de preservação ambiental. Parcerias com a prefeitura são estabelecidas para auxiliar na coleta de lixo e na conscientização sobre a importância da preservação do solo e do meio ambiente

Dessa forma, a natureza desempenha um papel central na educação das crianças na Escola Wararaawa Assurini, proporcionando experiências significativas, promovendo a conscientização ambiental e integrando a preservação do meio ambiente ao currículo escolar.

Ao ser indagado sobre as políticas públicas municipais com relação a coleta de lixo, Muretehoa responde que: “A prefeitura, ela tem ajudado esse ano passado e até esse ano também tá, ele manda o carro para vir buscar o lixo todo, toda semana. hoje em dia a gente junta tudo dentro da sacola, né? Para poder o carro vir já e já deixo lá no local, aí carro vem, recolhe, leva a família, cada família faz isso”.

Ao conversar com o Cacique e presidente da Associação do Povo Assurini do Trocará, Pirá Assurini, sobre o sentido da Educação Ambiental, ele explicou que:

> Professora para falar a verdade, o esse meio ambiente, a natureza. Ele é muito importante para nós como comunidade, né? É para nós a natureza ela é uma mãe, sem ela a gente não é ninguém. Então, para a gente, é por isso que a gente procura não fazer muita derruba, né? Por causa da natureza, porque é delas que nós vivemos, né? Delas que nós sobrevivemos delas, que nós respiramos um ar muito, um ar puro, um ar puro que é da natureza. Então, para nós a natureza é isso, né? Então é por causa da natureza que vive, nós vivemos do igarapé, nós tiramos a fruta, né? O que nós tiramos é da natureza. Então, para nós, a natureza, ela é muito importante. (Entrevista realizada com Pirá Assurini, 2024).

A partir da narrativa do cacique Pirá Assurini, entende-se que a natureza é vista pela sociedade Assurini do Trocará como uma mãe essencial para a sobrevivência e identidade do povo. Eles acreditam que a natureza é fundamental para a vida da sociedade indígena, fornecendo alimentos, ar puro e sustento.

Pirá Assurini destaca que a natureza é tão vital que sem ela, a sociedade indígena não seria ninguém, ressaltando a profunda conexão e dependência que possuem em relação ao meio ambiente. Percebe-se que as sociedades indígenas, em especial a Assurini do Trocará, valorizam a natureza como cuidariam de uma mãe, reconhecendo sua importância e respeitando-a como fonte de vida e bem-estar.

Sobre o ensino da Educação Ambiental fora dos espaços escolares, o Cacique Pirá explica que:

> É fora da escola, o que a gente fala para eles é não, não desmatar mata, né? É cuidar da natureza, né? É cuidar da nascente dos igarapés, né? É não derrubar a árvore que dá, que dá fruta, né? Então, e é isso que nós estamos repassando para essa juventude agora, né? Procurar não desmatar a mata, fazer uma coisa é para não prejudicar a natureza, né? Não tocar o fogo também. Isso aí nós somos contra. Então é isso que a gente repassa, né? Para hoje essa juventude. (Entrevista realizada com Pirá Assurini, 2024).

O discurso do Cacique Pirá Assurini destaca a importância da preservação ambiental e do cuidado com a natureza, transmitindo

esses valores para as gerações mais jovens da sociedade indígena. Essa abordagem reflete a preocupação em manter a harmonia entre os povos e o meio ambiente, enfatizando a importância de práticas sustentáveis e de conservação dos recursos naturais.

Ao repassar essas lições para a juventude, o Cacique Pirá está contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis, capazes de compreender a interdependência entre as ações humanas e o equilíbrio ambiental. Essa Educação Ambiental fora do espaço escolar da aldeia complementa o ensino formal recebido na escola, ampliando o entendimento dos jovens sobre a importância da preservação ambiental e incentivando a adoção de comportamentos sustentáveis em seu cotidiano.

A integração desses ensinamentos com a educação escolar ambiental fortalece a conscientização e o engajamento da sociedade na proteção do meio ambiente, promovendo a sustentabilidade e a valorização dos recursos naturais. Dessa forma, a atuação do Cacique Pirá e da sociedade Assurini do Trocará fora do ambiente escolar demonstra a relevância da Educação Ambiental contínua e abrangente para a construção de uma sociedade mais consciente e comprometida com a preservação do planeta.

Em um interessante trecho da narrativa, o Cacique Pirá, colaborador e parceiro de nossos estudos e escritos explica a importância de repassar práticas indígenas para a sociedade em geral, no que diz respeito ao meio ambiente:

> Eu acho que o nosso papel como indígena é repassar para o homem branco o nosso pensamento como indígena, né? Não procurar desmatar a natureza porque é delas que nós vivemos. Você vê que aí no mundo afora aí acontece muitas coisas que que vem pegando. Quer dizer, tem terremoto, né? Vem pegando fogo porque é a natureza que tá revoltado, né? Porque o os brancos eles estão destruindo, eles não estão preservando né? Então, hoje em dia você vê que para plantar soja tem que ter remédio, né? Hoje para criar o frango tem que ter o remédio, para criar o peixe, tem que ter remédio e tudo através de remédios, né? Então isso nós somos contra nós indígenas, né? Então é por isso que nós temos a nossa natureza, que nós cuidamos dela, né? Cuidamos delas assim como a gente cuida da nossa mãe. Porque essa terra, a natureza, para nós é uma mãe, né? Então

> nós damos um valor muito grande por ela (Entrevista realizada com Pirá Assurini, 2024).

Nas palavras do Cacique Pirá Assurini, ao enfatizar a importância de repassar o pensamento indígena de respeito à natureza e de não desmatar, está alinhado com o pensamento de Ailton Krenak (2019; ambos compartilham a visão de que a natureza é essencial para a vida e que é dever dos povos indígenas transmitir esse conhecimento e cuidado com o meio ambiente para as futuras gerações e para a sociedade em geral.

Ailton Krenak (2019) também aborda a ideia de que a destruição da natureza por parte dos não indígenas está causando desequilíbrios ambientais, como terremotos e incêndios, e que a busca por lucro e a exploração desenfreada dos recursos naturais estão gerando impactos negativos para o planeta. Ele critica a necessidade de utilizar tantos "remédios" (agrotóxicos, medicamentos para animais, entre outros) na produção agrícola e pecuária, ressaltando a insustentabilidade desse modelo e o desrespeito à natureza.

Ambos os discursos destacam a importância de preservar a natureza, reconhecendo-a como uma entidade viva e sagrada, essencial para a sobrevivência e bem-estar de todos. A visão de que a terra e a natureza são como mães, que merecem cuidado e respeito, permeia tanto o pensamento do Cacique Pirá Assurini quanto o da liderança Ailton Krenak, reforçando a necessidade de uma relação harmoniosa e equilibrada entre os seres humanos e o meio ambiente.

Com, pelas narrativas oralizadas, memórias da vida, do corpo, do viver, ser e estar em um território indígena buscamos nessa seção da obra destacar a relevância dos saberes tradicionais na Educação Ambiental da sociedade Assurini do Trocará e de diferentes práticas de linguagem como instrumento pedagógico, e esperamos que os caros leitores tenham compreendido que é possível e necessário se colocarmos como aprendizes, valorizando os saberes tradicionais na construção de práticas educacionais contextualizadas e significativas para a promoção da sustentabilidade e do bem-estar da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na construção da escrita desta obra, como educadoras e pesquisadoras que atuam com memórias, histórias, culturas com o objetivo de um projeto de educação diferenciada pensada pela/com as comunidades tradicionais da /na região amazônica, que não seja imposta por um sistema educacional com um currículo eurocêntrico e colonialista, que este livro buscou dialogar a relação entre Educação Ambiental, desenvolvimento sustentável e a contribuição do conhecimento tradicional indígena na preservação das terras indígenas da Aldeia Assurini do Trocará, cuja localização encontra-se à margem esquerda do rio Tocantins, na BR 422, Transcametá-Tucuruí – Pará.

Buscamos entender a legislação ambiental Indígena vigente; verificar quais os direitos ambientais indígenas em vigor; identificar quais os saberes tradicionais que ajudam na preservação das florestas e identificar as medidas adotadas pelos moradores da aldeia que promovem o desenvolvimento local sustentável.

A prática da História Oral, com compromisso social, momentos em que os professores da/na aldeia Assurini do Trocará, partilharam seus saberes, memórias e histórias de diferentes tempos; foi fundamental para que pudéssemos ir além do já dito, olhar os entremeios e perceber a interação entre a Educação Ambiental e a Cultura Indígena na comunidade Assurini do Trocará que evidencia não somente a relevância de preservar as tradições e saberes ancestrais, mas também a urgência de repensar nossas práticas em relação ao meio ambiente e aos povos indígenas.

Na arte de ouvir e depois interpretar as narrativas oralizadas foi possível constatar as complexas relações entre o desequilíbrio ambiental, as mudanças sociais e culturais e a necessidade premente de promover a sustentabilidade e o respeito à diversidade cultural, por diferentes estratégias e essa ação na sociedade indígena Assurini do Trocará se dá pela língua, pelo corpo, por saberes de tempos passados, pela memória, que são transmitidos de geração a geração em espaços escolares e não escolares, resistindo a uma educação formalizada, colonial e fora do seu bem viver.

Com as lembranças narradas e experiências de vida dos membros da sociedade Assurini do Trocará, foi evidenciado como o desequilíbrio ambiental tem impactado não apenas a natureza, mas também as tradições, os modos de vida e as crenças desse povo indígena. A festa do Jacaré, o artesanato tradicional, os hábitos alimentares e a segurança alimentar são apenas alguns exemplos das áreas afetadas pelas interferências ambientais, que têm levado a mudanças significativas e muitas vezes desafiadoras para a aldeia.

A escassez de recursos naturais, a perda de espécies-chave, a introdução de produtos industrializados e a insegurança alimentar são reflexos diretos na Terra Indígena Trocará. Essas consequências não apenas ameaçam a sobrevivência física e cultural dos Assurini, mas também apontam para a necessidade de ações urgentes e efetivas para reverter esse cenário e promover a harmonia entre os seres humanos e o meio ambiente.

A valorização da historicidade, da diversidade cultural e do diálogo intercultural emerge como elementos essenciais para a construção de um conhecimento mais inclusivo e contextualizado e desta forma ressaltamos a importância de ampliar o espaço para vozes e saberes marginalizados, de promover a interdisciplinaridade e a historicidade nas investigações acadêmicas e de fomentar uma abordagem crítica e reflexiva sobre as relações entre seres humanos, meio ambiente e práticas educativas.

A obra realizada oferece *insights* valiosos para a construção de um campo acadêmico mais plural, inclusivo e comprometido com a promoção da diversidade e da sustentabilidade.

A interação com colegas professores da Escola Wararawa Assurini, foi marcada por momentos de partilha, reflexão e construção coletiva de saberes. As trocas de experiências pedagógicas, as discussões sobre práticas inclusivas e as reflexões sobre a interculturalidade na educação foram fundamentais para ampliar horizontes, questionar paradigmas e fortalecer o compromisso com uma educação mais justa, equitativa e transformadora.

A experiência vivenciada na Escola Wararawa Assurini reforçou a importância de uma abordagem interdisciplinar e contextualizada na educação, que reconheça e valorize a diversidade cultural, os saberes tradicionais e as especificidades de cada comunidade. O

contato direto com as realidades e desafios enfrentados pelos povos indígenas ressaltou a urgência de repensar práticas educativas, promover a inclusão e a valorização da cultura local, e fomentar uma Educação Ambientalmente responsável e socialmente comprometida.

Esperamos que vocês leitores desta obra, além de terem compreendido a importância da justiça ambiental e do respeito aos direitos das sociedades indígenas, que muitas vezes são marginalizadas e negligenciadas, tenham sido provocados a se conectarem diretamente com a defesa dos direitos humanos, da diversidade cultural, de uma educação diferenciada e da preservação ambiental, aspectos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith ; GEWADSZNJDER, Fernando. **O método nas ciências Naturais e Sociais**. 2. ed. [*S.l.*]: Pioneira, 1999.

ANDRADE, Lucia Mendonça M. **O corpo e o cosmos**: relações de gênero e o sobrenatural entre os Asuriní do Tocantins. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

ANDRADE, Lúcia Mendonça M. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Asurini_do_Tocantins. Acesso em: 31 out. 2023.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

ARAÚJO, Fábio X.; SANTOS, Erick S. dos; ESTEVES, Luciana U.; SILVA, Taline de L. (2013). Educação Ambiental nas sociedades indígenas brasileiras: uma breve análise. **HOLOS**, [*S.l.*], v. 5, p. 282-292, 2013. DOI: https://doi.org/10.15628/holos.2013.1710

ARGUELO, Carlos Alfredo. Etnoconhecimento na Escola Indígena. In: **Educação Escolar Indígena I**. Universidade do Estado de Mato Grosso II. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso III. Departamento de Documentação / FUNAI, Brasília: UNB, 2002. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://biblioteca.flacso.org.br/files/2012/07/418.pdf Acesso em: 12 out. 2023.

ASSURINI DO TOCANTINS. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Asurini_do_Tocantins. Acesso em: 5 jun. 2024.

BARROS, Igor Silva de. **Corpo, educação e cultura**: as práticas corporais e curriculares da Escola Wararaawa Assurini da Aldeia Trocará. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) - Universidade Federal do Pará, Cametá, 2020. Disponível em: https://ppgeduc.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/dissertacoes/521-dissertacoes-finais--turma-2019 Acesso em 09 de abril de 2024.

BARROS, Igor Silva; PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Cultura, identidade e saberes tradicionais dos assurini do Trocará, Tucuruí/PA.

Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 7, n. 4, p. 40825-40841, apr 2021. Disponivel em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/28586 Acesso em 12 de maio de 2024.

BASSO, Joaquim. O Direito às Terras Indígenas e o Multiculturalismo como Bases para a Sustentabilidade. **Revista de Estudos Sociais**, [*S.l.*], n. 34, 2015 Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/2593. Acesso em: 8 jun. 2023.

BELTRÃO, Jane Felipe. Etnoeducação para a Amazônia.1991. **Cadernos do Centro de Filosofia de Ciências Humanas**. Belém: [s.n.], 1991.

BRASIL. [Constituição (19880]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituiçao.htm. Acesso em: 8 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm#:~:text=L9985&text=LEI%20No%209.985%2C%20DE%2018%20DE%20JULHO%20DE%202000.&text=Regulamenta%20o%20art.%20225%2C%20%C2%A7,Natureza%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. **Terras Indígenas no Brasil.** Disponível em: https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3882. Acesso em: 31 out. 2023.

CALDEIRA, Anna Maria S. A apropriação e construção do saber docente e a prática cotidiana. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 95, p. 5-12, nov. 1995. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/820 Acesso em 10 de novembro de 2023.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da Constituição**. 7. ed. rev. Coimbra: Almedina, 2003.

DOMINGUES, A. S. **A arte de falar**: redescobrindo trajetórias e outras histórias da colônia do Pulador Anastácio/MS. Jundiaí: Jundiaí Editorial 2011.

DOMINGUES, Andrea Silva. **Cultura e Memória**: o festejo de Nossa Senhora do Rosário na cidade de Silvianópolis – MG. Pouso Alegre – MG: Univás, 2017. Disponível em: https://www.univas.edu.br/docs/biblioteca/CulturaeMemoriaAFestadeNSdoRosarionaci dadedeSilvianopolis.pdf . Acesso em: 7 nov. 2023.

DOMINGUES, Andrea Silva; CARROZA, Newton Guilherme Vale. História Oral, Discurso e Memória. **Tempos Históricos**, Paraná, v. 17, p. 141-161, 2013.Disponivel em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6798477.pdf Acesso em 06 de janeiro 2024.

DOMINGUES, Andrea Silva; PINTO, Benedita Celeste; GATICA, Mónica; TEIXEIRA, Tatiane do S. **Cultura, Educação e Memórias**. Campinas: Labour e BCMP, 2021. Disponível em: https://livroaberto.ufpa.br/items/6ad6d60c-cbb3-4333-a211-abf91718557d Acesso em 13 de maio de 2023.

DOMINGUES, Andrea Silva; PRESTES, José Alcir ; ANANIAS, Bruno. C. C. . Prática de leitura e o livro didático de Língua Portuguesa na Amazônia Tocantina. **Research, Society And Development**, v. 10, p. 1-12, 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/16674/15029/214551 Acesso em: 7 nov. 2023.

FENELON, Déa Ribeiro. Apresentação. *In*: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras Histórias**: Memórias e Linguagem. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

FIOCRUZ, **Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil,** 2021. Disponível em: https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-povos-indigenas-asurini-lutam-por-direitos-territorio-e-contra-desmatamento/#contexto_ampliado Acesso em 14 de abril de 2024.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**: Direito ao Futuro. 3ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

GATTI, Bernadete A. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 65-81, jul. 2001. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/cp/a/VVXgbRbzwwsLTZvmYSL6M9b/?format=pdf&lang=pt Acesso em 03 de dezembro de 2024.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. São Paulo: DP&A, 2006.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LARAIA, Roque. Recordando Teapykawa, informante Feminina Asurini. **Habitus**, **Goiânia**, v. 13, n. 2, p. 5-16, 2015. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/4853 Acesso 05 de fevereiro de 2024.

LARAIA, Roque. **Tupi, Índios do Brasil Atual**. São Paulo: FFLCH--USP, 1987.

LOUZADA Aline Furtado, Danubya dos Santos Silva, Raiane Contente de Souza, Wendrya Gabriela Alves da Silva. Educação Ambiental: um relato de experiência na Comunidade Indígena Assurini, município de Tucuruí (PA). **Revista Brasileira de Educação Ambiental** (RevBEA), v. 17, n. 1, p. 28-53, 2022. DOI: https://doi.org/10.34024/revbea.2022.v17.12744

LÜDKE, Menda; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

NEVES, Ivânia dos Santos. **A invenção do índio e as narrativas orais Tupi**. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Disponivel em: https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/473440 Acesso 06 de maio de 2024.

NUNES, José Horta. **LEITURA DE ARQUIVO: HISTORICIDADE E COMPREENSÃO**. In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso

(2. : 2005 : Porto Alegre, RS). ISSN 2237-8146. Anais do II SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso [recurso eletrônico] – Porto Alegre : UFRGS , 2005.Disponível em:<http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead2.html>. Acesso em 08 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Disponível em: http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/ 01/rio92.pdf. Acesso em: 9 jun. 2023.

ORLANDI, Eni. P. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. São Paulo: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni. P. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PANTOJA, Bárbara de Nazaré Ribeiro. **Mahíra e os saberes femininos:** gênero, educação e religiosidade na comunidade indígena Assurini do Trocará. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Universidade Federal do Pará, Cametá, 2017. Disponível em: https://ppgeduc.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/dissertacoes/636-dissertacoes-de-mestrado-em-educacao-e-cultura-turma-2019-linha-2a Acesso 10 de maio de 2024.

PEREIRA, Luis Fernando**. Legislação ambiental e indigenista**: uma aproximação ao direito socioambiental no Brasil. São Paulo: Iepé, 2008.

PORTELLI, A. **Ensaios de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

POVOS indígenas Asurini lutam por direitos, território e contra desmatamento. **Mapa de Conflitos**. Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, s.d. Disponível em: https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-povos-indigenas-asurini-lutam-por-direitos-territorio-e-contra-desmatamento/. Acesso em: 5 jun. 2024.

PROCÓPIO. Maria Gorete C. **A festa do jacaré na aldeia indígena Assurini Trocará**: Espaço Educativo e de Manifestação de saberes. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2015.

RUBIM, Maria Francisca**. A educação escolar de indígenas Tikuna do Alto Solimões, Amazônia brasileira**. 2016. Dissertação (Mestrado em

Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias.** São Paulo: Edusp, 1997.

SOUSA, Ferdinando. **A impactante construção da Usina Hidroelétrica de Tucuruí**. https://ferdinandodesousa.com/2019/06/07/a-impactante-construcao-da-usina-hidreletrica-de-tucurui/

SOUSA, Silas Garcia A. ; ARAÚJO, Maria Isabel; WANDELLI, Elisa Vieira. **Saberes tradicionais dos povos amazônicos no contexto do processo de transição agroecológica**. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1031584/saberes-tradicionais-dos-povos-amazonicos-no-contexto-do-processo-de-transicao-agroecologica. Acesso em: 8 jul. 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina G. Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. As interfaces da pesquisa etnográfica na educação. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 5, 2004. Disponível em: https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1237. Acesso em: 1º dez. 2023.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

Trailer do filme Índio cidadão. **YouTube**, 4 set. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kWMHiwdbM_Q. Acesso em: 20 nov. 2023.

UNITED Nations. **Rio Declaration on Environment and Development**. Rio de Janeiro: United Nations, 1992.

VITORELLI, Edilson. **Estatuto do índio**: Lei nº 6.001/1973. Salvador: JusPODIVM, 2016.

Índice Remissivo

A

ambiente natural 14, 87
Análise de Discurso 22, 103

C

conhecimento 5, 14, 17, 21, 23, 25, 26, 27, 29, 30, 39, 41, 61, 64, 65, 70, 71, 72, 83, 84, 87, 89, 90, 91, 95, 96, 97
conhecimento tradicional 14, 30, 61, 87, 96
convivência harmônica 17

D

discurso 15, 16, 17, 18, 22, 25, 28, 44, 90, 93
diversidade cultural 10, 21, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 40, 61, 62, 63, 64, 96, 97, 98

E

Educação Ambiental 4, 9, 11, 14, 15, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 41, 44, 45, 61, 65, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 83, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 100, 102
espaços escolares 11, 22, 25, 28, 62, 63, 64, 65, 76, 93, 96
espaços não escolares 12, 19, 65, 73, 77
Etnografia 99

H

história oral 22, 24, 25, 26, 96, 101, 108

I

indígenas 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 25, 26, 28, 29, 30, 33, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 66, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 103, 108

Interculturalidade 108

L

legislação ambiental 41, 103

M

memória 19, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 40, 42, 47, 91, 96

memória coletiva 21, 42

metodologia 90

N

narrativas orais 27, 37, 102

P

patrimônio 15

pesquisa-ação 23

povos indígenas 9, 10, 15, 16, 17, 18, 21, 28, 29, 30, 33, 35, 36, 41, 42, 43, 48, 54, 57, 61, 62, 63, 64, 72, 95, 96, 98

práticas culturais 12, 23, 73, 83

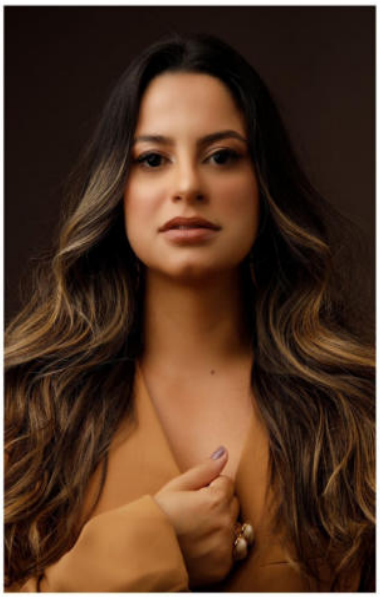
R

resistência 9, 14, 29, 40, 47, 48, 57, 108

S

Saberes tradicionais 104, 108
sustentabilidade 9, 12, 13, 14, 21, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 42, 48, 53, 56, 60, 61, 66, 73, 74, 75, 76, 78, 80, 81, 83, 85, 86, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 97

Sobre as Autoras



Maria Auxiliadora Patrício de Gouveia Almeida

Mestre Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura do Campus Universitário o do Tocantins - Cametá; da Universidade Federal do Pará. Possui graduação em Direito pela Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas Gamaliel (2015); Especialista em Direito e Processo Previdenciário pela Faculdade Batista Brasileira; MBA em Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito e Prática Previdenciária, pela Academia Jurídica AJURIDICA; Atualmente é Advogada e docente do curso de Direito da Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas Gamaliel. Tem experiência na área de Direito e Educação.



Andrea Silva Domingues

Possui Pós-doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina, realizado no Programa de Pós-graduação em História e pós-doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas no Laboratório de Estudos Urbanos - LABEURB. Doutorado e Mestrado em História: História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduação em História Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Graduação em Letras - segunda Licenciatura pela Ítalo brasileira. É professora efetiva do Curso de Letras Língua Inglesa, professora permanente e Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura do Campus Universitário o do Tocantins - Cametá; da Universidade Federal do Pará. Coordena o grupo de pesquisa Discurso, Sentido, Sociedade e Linguagem (DISENSOL); é membro e pesquisadora do grupo de pesquisa Quilombos e Mocambeiros: história da resistência negra na Amazônia (QUIMOHRENA), ambos vinculados à UFPA - CUNTINS -Cametá. Integra a equipe do projeto RedeBRASIL de Gestão da Informação e Tradução do Conhecimento em Saúde à Ciência Cidadã: ações estratégicas de informação, educação e comunicação frente à Covid-19 e outras síndromes respiratórias agudas graves (SARS). Participa como membro da ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, da Associação Brasileira de História Oral

e do Laboratório Vivas (coletivo de mulheres da Amazônia Tocantina). Desenvolve e orienta projetos de pesquisa com foco em Educação Popular, Currículo, Discurso e Memória com as comunidades tradicionais da/na Amazônia Tocantina e Educação, Saúde, Comunicação e Saberes tradicionais com comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas da Amazônia Tocantina, abordando questões como Cultura afro-brasileira e indígena; Língua e Ensino; História e Sociedade; Cultura e Sociabilidade; Cultura e Natureza; Saberes tradicionais, Interculturalidade, Decolonialidade; História, Educação e Movimentos Sociais.



CULTURA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA SOCIEDADE INDÍGENA ASSURINI DO TROCARÁ EM TUCURUÍ-PARÁ

Este livro se propõe a investigar as diversas formas pelas quais os indígenas interagem com o ambiente natural, com o objetivo de compreender as perspectivas culturais e educacionais relacionadas à natureza, bem como as questões de Educação Ambiental e sustentabilidade dentro da sociedade Assurini do Trocará, localizada em Tucuruí, Pará.

PPGEDUC UFPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO E CULTURA

PROPESP
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação | UFPA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

9 786588 140291